

PATRÍCIA DENKEWICZ

**INFRAESTRUTURA TURÍSTICA E FATORES LIMITANTES NA ILHA DO
MEL - PARANÁ**

Irati - PR
2012

PATRÍCIA DENKEWICZ

**INFRAESTRUTURA TURÍSTICA E FATORES LIMITANTES NA ILHA DO
MEL - PARANÁ**

**Trabalho de Conclusão de Curso
como requisito básico para a
Conclusão do Curso de Turismo.**

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Marçal
Alberto Gonzaga.**

Irati - PR
2012

Dedico esse trabalho ao meu pai e minha mãe, irmãos e ao Geovanny, que me apoiaram em toda essa jornada.

Agradecimentos

Agradeço principalmente ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Marçal Alberto Gonzaga, pela sua disponibilidade, paciência e por me oferecer dicas e ensinamentos essenciais para a realização deste trabalho.

Agradeço também a Profa. Ms. Vanessa de Oliveira Menezes.

Ao Prof. Ms. Pedro Henrique Sanches.

A Prof. Dr. Rejane Klein.

A Renata Brasileiro.

Que também me ajudaram e estiveram disponíveis quando solicitei ajuda.

Agradeço ao meu pai Edmundo Denkewicz, que sempre esteve ao meu lado no decorrer do curso, sempre me ajudando em tudo, me levando até a Ilha para realizar as pesquisas e financiando esse trabalho.

A minha Tia, Sueli Aparecida Burnatto que dedicou parte do seu tempo para me ajudar.

E a todas as minhas amigas que de alguma forma me apoiaram.

“Ensinaí também, a vossos filhos, aquilo que ensinamos aos nossos: que a terra é nossa mãe. Dizei a eles, que a respeitem, pois tudo que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra, ao menos sabemos isso: A terra não é do homem; o homem pertence à terra. Todas as coisas são dependentes”.

RESUMO

Este trabalho tem como tema a infraestrutura turística e fatores limitantes na Ilha do Mel - PR. Visto que a atividade turística é a principal atividade econômica do local, viu-se necessário a análise de sua infraestrutura e as limitações existentes para seu desenvolvimento. Para isso foi definido como objetivo geral identificar quais limitações estão interpostas ao desenvolvimento das atividades turísticas. E os específicos analisar a infraestrutura turística existente na Ilha do Mel e estudar as limitações legais e naturais do local. A metodologia fundamentou-se nas abordagens quantitativas, por meio da contagem dos equipamentos turísticos e questionário aplicado á moradores e turistas e pesquisa qualitativa vista na análise das entrevistas realizadas com moradores e turistas. O embasamento teórico engloba assuntos como: desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e Ecoturismo, turismo em ilhas, unidades de conservação, planejamento turístico e planejamento turístico em áreas naturais e infraestrutura turística. Conclui-se que infraestrutura turística existente na Ilha do Mel atende as necessidades dos turistas, porém necessita de melhorias. E que essa infraestrutura sempre estará diante de limitações legais, naturais e sociais.

Palavras chaves: infraestrutura turística; limitações; Ilha do Mel; planejamento; desenvolvimento sustentável

RESUMÉN

Este trabajo tiene el tema de la infraestructura turística y los factores limitantes en Ilha do Mel – PR. Dado que el turismo es la principal actividad económica del lugar, vimos el análisis de las necesidades de su infraestructura y limitaciones para su desarrollo. Para ello se definió como objetivo general identificar las limitaciones que se ponen al desarrollo de las actividades turísticas. Y el análisis específico de la infraestructura turística existente en la Isla de Miel y explorar las limitaciones físicas y jurídicas de Ilha do Mel. La metodología utilizada fue la investigación cuantitativa (número de instalaciones turísticas y cuestionario lugareños y turistas) y la investigación cualitativa (entrevistas con lugareños y turistas). El marco teórico que abarca temas como el desarrollo sostenible, el turismo sostenible y el ecoturismo, el turismo islas, áreas de conservación, la planificación turística y la planificación del turismo en áreas naturales y la infraestructura turística. Llegamos a la conclusión de que la infraestructura turística existente en Ilha do Mel satisface las necesidades de los turistas, pero necesita mejorar. Y que la infraestructura siempre se enfrenta con limitaciones.

Palabras clave: infraestructura turística; limitaciones; Ilha do Mel; planificación, el desarrollo sostenible.

LISTA DE SIGLAS

ABALINE	Associação dos Barqueiros do Litoral Norte do Estado do Paraná
CEELIP	Comissão Especial para Estudos das Ilhas do Estado do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
ITCF	Instituto de Terras e Cartografia Florestal
MINEROPAR	Minerais do Paraná
OMT	Organização Mundial de Turismo
PARNA	Parque Nacional
PR	Paraná
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio às Micros e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TELEPAR	Telecomunicações do Paraná
UC	Unidade de Conservação
WCED	<i>World Commission on Environment and Development</i>

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da Ilha do Mel em relação aos centros urbanos.....	15
Figura 2 – Mapa ilustrativo com informações turísticas.....	13
Figura 3 – Rodovias de acesso a Ilha do Mel.....	47
Figura 4 – Poluição Visual.....	51
Figura 5 – Sinalização turística deteriorada	51
Figura 6 – Raízes expostas.....	52
Figura 7 – Alargamento das trilhas.....	52
Figura 8 – Cercas deterioradas	53
Figura 9 – Barca utilizada na Ilha do Mel	56
Figura 10 – Vista interna de uma das barcas utilizada na Ilha do Mel:	Erro!
Indicador não definido.	56

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Limitações apontadas pela Comunidade	54
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Equipamentos turísticos da Comunidade de Brasília e Farol	50
Quadro 2 – Infraestrutura de apoio ao turismo	51

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1 METODOLOGIA DA PESQUISA	13
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	15
2.1 Histórico turístico da Ilha do Mel	20
2.2 Comunidades da Ilha do Mel.....	22
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
3.1 Desenvolvimento Sustentável	25
3.2 Turismo Sustentável e Ecoturismo.....	27
3.3 Princípios do Ecoturismo.....	33
3.4 Turismo em Ilhas.....	35
3.5 Unidades de conservação	37
3.6 Planejamento turístico e Planejamento em áreas naturais	40
3.7 Infraestrutura turística	43
4 RESULTADOS	47
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	56
5.1 Análise da infraestrutura.....	56
5.2 Análise das limitações	69
CONCLUSÃO	61
REFÊRENCIAS	63
APÊNDICES	69
ANEXOS	72

INTRODUÇÃO

A Ilha do Mel, objeto de estudo deste trabalho, faz parte dos principais atrativos turísticos do Paraná e pertence ao litoral paranaense. Está localizada na entrada da Baía de Paranaguá, a 30 minutos de Pontal do Paraná e à 1h45min da cidade de Paranaguá. A Ilha do Mel é conhecida tanto por suas belezas históricas e naturais, como por sua importância ecológica.

De acordo com Bacelar (2005), a Ilha do Mel possui uma área total de 2.762 hectares, dos quais apenas 20 hectares são liberados para uso e o restante é Estação Ecológica, tombada pelo Patrimônio Histórico em 1975. A Ilha é administrada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) desde 1982; conta com uma reserva natural 346 hectares. A sua zona de ocupação tem 120 hectares, com altitude máxima de 151 metros e 35 km de praias.

Primeiramente, em 1982, foi criada a Estação Ecológica da Ilha do Mel, cujo Plano de Manejo se estabelecem limitações quanto à ocupação e uso do solo, conforme a Lei nº9.985 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Em decorrência da implantação desse Plano de Manejo, foi estabelecido o cumprimento de quotas diárias de visitantes, de acordo com cálculo da capacidade de carga do ecossistema local, áreas de preservação nas quais não se é permitida a visitação pública, leis sobre construções, etc. Em 2002 foi criado o Parque Estadual da Ilha do Mel, com o objetivo de ampliar a preservação ambiental de área não abrangida pela Estação Ecológica. Seu Plano de Manejo, ainda em processo de elaboração, interporá novas limitações à ocupação antrópica (PARANÁ, 2012).

Datada de muitos atrativos naturais, a Ilha do Mel recebe um número significativo de turistas anualmente, o qual impacta positivamente na economia local, com a geração de renda pela execução de serviços turísticos. No entanto, causam significativos impactos ambientais negativos decorrentes do aumento da geração de resíduos e depleção de recursos naturais.

Além disto, o comportamento do turista exerce influência cultural globalizante, que contribui para a descaracterização da cultura típica da comunidade local. Devido a isso, com vistas a se evitar irreversibilidades ambientais e fortalecer a valorização da cultura local, são implantadas as limitações legais que orientam algumas políticas públicas para o local.

Desta forma, referindo-se à relação entre turismo e seus impactos negativos Ruschmann (2003) afirma que a fim de se reprimir os impactos negativos da atividade turística, bem como gerar um equilíbrio entre os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais do turismo, novas formas de turismo tem sido propostas, como um turismo ecológico, responsável e o mais recente, o turismo sustentável.

Com o auxílio de estudos sobre os conceitos de sustentabilidade, chegou-se a ideia de harmonizar os interesses do turismo com o do desenvolvimento sustentável, a fim de preservar o meio ambiente e a cultura das comunidades locais.

É desejável que o turismo seja realizado com consciência, respeito às peculiaridades das sociedades visitadas. Quando realizado em áreas ecologicamente sensíveis, o sucesso da atividade turística está diretamente relacionado à observância das limitações ao uso dos recursos naturais, bem como ao reconhecimento do direito de manifestação e permanência das culturas locais tradicionais.

Neste estudo sobre a Ilha do Mel, busca-se identificar como objetivo geral quais limitações estão interpostas ao desenvolvimento das atividades turísticas. Procura-se, também, como objetivo específico analisar a infraestrutura turística existente na Ilha do Mel, tomando como amostra duas comunidades Brasília e Farol, que somadas correspondem a mais de 50% da infraestrutura existente; e estudar as limitações legais e naturais da Ilha do Mel. Considerando-se a infraestrutura instalada e as limitações de ocupação e uso territorial apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: qual é a infraestrutura turística disponível na Ilha do Mel?

O empreendimento dessa pesquisa se justifica pela necessidade de se entender a relação entre as limitações existentes e a infraestrutura adequada para que se pratique turismo de baixo impacto ambiental na Ilha do Mel. O tema abordado no trabalho é inédito o que traz grande motivação para sua realização.

Como resultado foi alcançado maior entendimento dos desafios relacionados ao turismo em áreas naturais e ajudar de alguma forma a esclarecimento da atividade turística no local.

1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa optou-se pelas abordagens qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa foi utilizada na análise das conversas com turistas e observações na comunidade local. A abordagem quantitativa auxiliou na análise da contagem dos serviços e equipamentos turísticos existentes na localidade. A coleta destes dados ocorreu por meio da pesquisa de campo.

Estas duas abordagens possibilitaram avaliar a qualidade de oferta do turismo e os efeitos dela, e para isso é inevitável fazer o levantamento da infraestrutura existente no objeto de estudo a Ilha do Mel – PR.

O trabalho foi iniciado com pesquisas bibliográficas seguida de análise documental a qual foi realizada no Plano de Manejo da Ilha do Mel. E por fim a pesquisa em campo que adotou o sistema de contagem, entrevistas narrativas, questionário e observações.

As pesquisas bibliográficas foram efetuadas nas áreas de planejamento, infraestrutura, sustentabilidade e ecoturismo em autores que demonstrem em suas publicações conhecimento na área, sendo claros e objetivos no tema, levantando questões que serão cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Essas pesquisas bibliográficas aconteceram durante todo o desenvolvimento do trabalho.

A contagem realizada seguiu o formulário de Inventário Turístico, categoria C do Ministério do Turismo (anexo I), que foi adaptado pela própria autora e seu orientador, o qual foi aplicado contando os equipamentos e serviços turísticos. As entrevistas foram realizadas com perguntas narrativas sobre o funcionamento da infraestrutura básica (água, energia, comunicação e resíduos sólidos) aos seus respectivos responsáveis (funcionários ou proprietário) onde a autora do trabalho realizou as perguntas aos entrevistados e ela mesma marcou as respostas, exatamente como falavam (APÊNDICE II).

O questionário foi elaborado com questões estruturadas e direcionado aos turistas e moradores sendo distribuído a 90 (noventa) pessoas. As perguntas indicavam respostas descritivas sobre a importância do turismo e da

infraestrutura turística local. Foi aplicado em duas etapas. A primeira em julho e a segunda em outubro. Ver (APÊNDICE I).

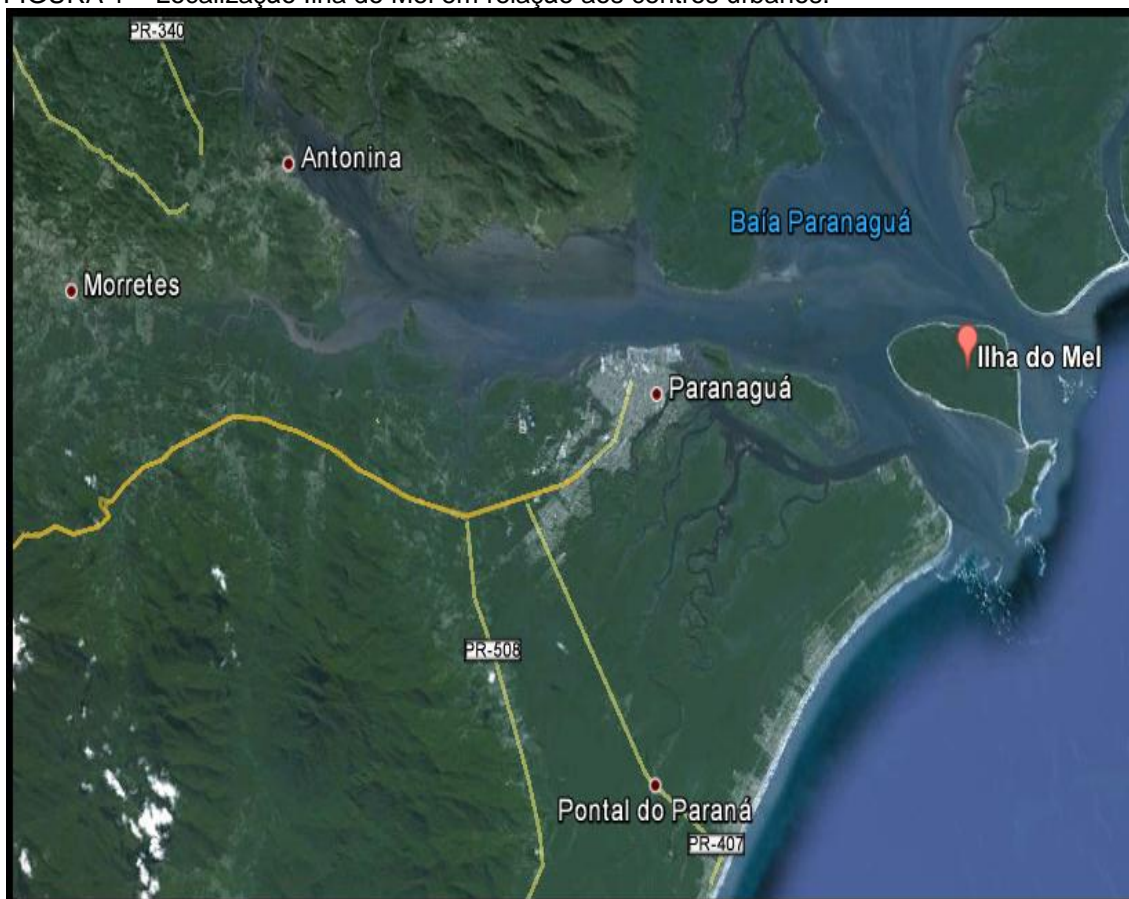
A pesquisa não foi realizada em todo território da Ilha do Mel. A delimitação dada ao objeto de estudo abrangeu duas comunidades; a Comunidade de Brasília e a Comunidade do Farol, localizadas próximo do ponto de desembarque e que possuem a maior parte da infraestrutura existente na Ilha do Mel, motivo que levou a escolha dessas comunidades

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Ilha do Mel é uma formação geológica que possui um Zoneamento Ecológico e de Uso Público, e está localizada no litoral do Estado do Paraná, na entrada da Baía de Paranaguá. Ao norte, localiza-se a Ilha das Peças e o Parque Nacional de Superagui, separados pelos canais Norte e Sudeste; ao sul, localiza-se o Balneário de Pontal do Sul, em Pontal do Paraná, separado pelo Canal da Galheta (SEMA/IAP, 1996).

Na figura 1 é possível observar a localização da Ilha no Mel no Litoral paranaense. Ela está exatamente na desembocadura da Baía de Paranaguá, município ao qual é pertencente.

FIGURA 1 – Localização Ilha do Mel em relação aos centros urbanos.



Fonte: Google Earth (2012)

Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP, 2012), no dia 15 de abril de 1982, o serviço de patrimônio da união transferiu a administração da Ilha para o IAP e no dia 21 de setembro de 1982, o Governo do Estado do Paraná

institui a Estação Ecológica da Ilha do Mel que é uma categoria de Unidade de Proteção Integral, com 2.762 hectares. Ainda de acordo com o IAP (2012), aproximadamente 95% da superfície da Ilha constitui uma Estação Ecológica, englobando manguezais, restingas, brejos litorâneos e caxetais. A Ilha recebe toda a proteção legal necessária para a conservação de sua beleza cênica e sua importância como área natural.

Segundo documento do IAP (2012) a busca da proteção levou a tornar a Ilha do Mel uma Estação Ecológica que é mais restritiva, priorizando a preservação e a pesquisa científica, sendo que a visitação pública não é permitida. A única visitação permitida é para educação ambiental e só é realizada mediante a autorização expressa do IAP, assim oferecendo uma proteção mais rígida ao local.

No entanto a Estação Ecológica ocupa a maior parte da área norte da Ilha, limita-se a Oeste com a zona de ocupação representada pelo antigo povoado da Ponta Oeste. Já na parte Leste, a Estação limita-se com o Morro da Baleia, não incluindo o perímetro desta. Ao Sul, limita-se com a área de serviços hoteleiros na zona de ocupação de Nova Brasília.

Contudo, no artigo 2º do Decreto 5.454/82 afirma-se que a totalidade da área deve destinar-se, em caráter permanente, à preservação da biota. É de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná a administração e fiscalização da Estação. (ITCFP, p. 100, 1986). No relatório nº 02 do ITCF/CEELIP (1981) foi apresentado o Plano de Uso da Ilha do Mel, com o objetivo de preservar o meio ambiente e os bens culturais da Ilha definindo a ocupação de seu solo, e promovendo a melhoria na qualidade de vida da Ilha.

Entretanto, no plano a Ilha do Mel foi dividida em duas grandes zonas: a de ocupação e a de preservação. De acordo com o ITCF/CEELIP(1981) a área total foi dividida da seguinte maneira:

Área Primitiva – com 2.240,69 hectares, localizada na parte norte da Ilha, a Estação Ecológica. Área Especial – com 345,80 hectares, abrangendo áreas de morros e as planícies com vegetação florestal e arbustiva da parte sul, sendo admitida a existência de trilhas para a circulação desde que não afetem a paisagem. Núcleos de equipamentos comunitários - com 3,48 hectares, compreendendo locais para educação, saúde, segurança, lazer entre outros. Áreas para acampamentos – com 3,57 hectares sendo duas áreas, uma em Brasília e outra em Prainhas (Encantadas). Zonas de ocupação – com 120,46 hectares, compreendendo 6 subzonas. (ITCF/CEELIP, 1981, p.16).

Essa divisão é importante para a preservação do local, pois permite ao IAP um controle maior sobre a área. Porém com a falta de sinalização é difícil saber quando inicia uma área ou quando finaliza outra.

Segundo Figueiredo (1954) a Ilha é toda envolvida por praias que são nomeadas como Praia do Farol, Praia Grande, Praia do Miguel, Praia do Lizios, etc. A região possui aproximadamente cinco morros com altitudes pouco elevadas e concentram-se em sua maioria na parte sul, o morro que se destaca é o Morro do Miguel ou Bento Alves, ponto culminante da Ilha do Mel com 150 metros; o do Farol com 50 metros; do Joaquim com 65 metros; do Meio com 94 metros; e o das Encantadas onde se encontram as grutas com 68 metros. Já a parte Norte da Ilha apresenta-se como uma extensa planície costeira com apenas um morro, o Morro da Baleia ou Fortaleza com aproximadamente 80 metros.

A Ilha do Mel abriga aproximadamente 3.000 pessoas entre nativos e pessoas que vieram em razão do turismo. Sua população se aglomera em duas principais comunidades, a de Encantadas e a de Brasília. Ambas as comunidades estão em torno do Parque Estadual que segundo documento do IAP (2012, s/p): “além da preservação permitem a visitação pública, a educação ambiental, o lazer ordenado e a pesquisa científica”.

Pierre e Kim (2008) comentam que, antigamente na parte Sul da Ilha foi estabelecido uma área de preservação, a Reserva Natural, que hoje é o Parque Estadual. Porém nessa época a área se deparou com um problema, pois não fazia parte das categorias de manejo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 200). Esse problema prolongou-se até 2002, quando foi criado o Parque Estadual da Ilha do Mel (IAP, 2012).

No dia 16 de maio de 1975, com o intuito de impedir o turismo predatório e conservar os hábitos culturais e a vegetação natural, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná efetuou o tombamento da Ilha do Mel, porém o interesse pela preservação do Patrimônio histórico e natural da Ilha do Mel vem desde 1953. Nesse tombamento determinou-se que toda nova implantação de infraestrutura turística só poderia ser construída depois de aprovada pelo conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. (PARANÁ, 1990).

Contudo a Ilha tem dois papéis importantes, o de Patrimônio Histórico e o de Estação Ecológica. Os dois atraem turistas, cada qual com sua

De acordo com o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR, s/d) a Ilha do Mel se encaixa no tipo climático Cfa que significa:

Clima subtropical com temperatura média no mês mais frio inferior a 18°C (mesotérmico) e temperatura média no mês mais quente acima de 22°C, com verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, contudo sem estação seca definida.

Já a sua formação geológica, segundo a Minerais do Paraná (MINEROPAR), é constituída por sedimentos arenosos formados pelo mar com aproximadamente 120.000 anos. Nessa data, o nível mar estava a 120 metros acima do mar de hoje. Foi quando os morros da Ilha formavam um arquipélago rochoso. No decorrer do tempo, o mar avançou e recuou diversas vezes, formando a Ilha do Mel. No início, ela era apenas uma planície arenosa com cordões litorâneos, e só com o passar do tempo foi se formando da maneira como é vista hoje. (MINEROPAR,2009)

No entanto, a Ilha do Mel vem sofrendo erosão geológica, segundo Angulo (1992). Vários pontos da costa da Ilha do Mel vêm sofrendo erosão marinha e deposição de sedimentos, com intensidade variável. Segundo o autor esses fenômenos estão associados à estabilidade da linha de costa e vem ocorrendo na região de istmo da Ilha. Segundo Giannini (2004, p. 231) “a Ilha do Mel tem experimentado mudanças morfológicas intensas nos últimos 50 anos, com destaque para o estreitamento gradual de seu istmo central, de mais de 150 m para menos de 5 m”.

De acordo com a Mineropar (2012), por estar localizada na desembocadura da Baía de Paranaguá, a Ilha do Mel possui costas muito móveis, sujeitas a rápidos e intensos processos de sedimentação (acúmulo de areia), e erosão (retirada de areia). Segundo Angulo (1992), é um processo que merece atenção, pois afeta a vida da comunidade local, causando a destruição de suas casas e dificultando a atividade turística, que é a principal fonte de renda dos moradores.

Ocupar áreas costeiras tem riscos. Se estas áreas costeiras são móveis como as da Ilha de Mel, os riscos aumentam. Deixar áreas sem ocupação à orla costeira e, sobretudo, preservar as dunas frontais minimizam os problemas decorrentes da erosão costeira, afirma a Mineropar (2012).

2.1 HISTÓRICO TURÍSTICO DA ILHA DO MEL

O próprio nome traz consigo sua história, pois de acordo com Figueiredo (1954) anteriormente à década de 1950, extraía-se muito mel silvestre em quantidade significativa nas florestas locais, em uma época onde o açúcar industrializado quase não era comprado e os alimentos eram adoçados com o açúcar da cana da própria Ilha junto com o mel.

Segundo documento do IAP (1996) aproximadamente em 1945, depois do término da Segunda Guerra Mundial, as coisas se acalmaram na Ilha do Mel que na época era considerada uma zona de guerra. Várias casas foram desapropriadas para abrigar soldados que trabalhavam fazendo plantão no local, já que a Ilha do Mel representava um ponto estratégico de defesa do patrimônio nacional. É desse passado que vem sua importância histórica.

Com o passar do tempo os moradores voltaram a levar a vida normalmente. E por volta de 1970, segundo o mesmo documento do IAP (1996), à pesca era a principal fonte de renda da comunidade local, era utilizada para consumo e troca. As habitações eram construídas toda em madeira retirada da floresta da Ilha e em sua maioria possuíam apenas um cômodo. Os telhados construídos com folhas de palmeira ou sapê e os relacionamentos eram entre a própria comunidade que em sua maioria eram todos parentes. (IAP, 1996).

Já a história do turismo na Ilha do Mel, segundo Pierre e Kim (2008), começou aproximadamente em 1960. Nessa época havia poucos moradores e sua maioria vivia da pesca e cultivo para sua própria sobrevivência. Foi nesta época que a Ilha começou a ser buscada por sua beleza natural. Os admiradores do local eram basicamente jovens que acampavam nas praias ou no quintal das casas dos moradores. Segundo as mesmas autoras, a partir da década de 80 o turismo teve um aumento considerável.

No entanto, Kraemer (1978, *apud* IAP, 1996, p. 64), afirma que “no início do século XIX, a Ilha já era bastante procurada por famílias da classe alta provenientes de Curitiba que iam veranejar no litoral. Os locais mais freqüentados na ocasião eram as proximidades da Fortaleza ou do Farol”.

Contudo, o turismo acarretou várias transformações no estilo de vida dos nativos segundo um estudo que Kraemer realizou na Ilha do Mel em 1983. Ele cometa:

[...] que os pescadores tiveram a oportunidade de vender o pescado diretamente aos turistas e as mulheres passaram a fornecer refeições a pessoas de fora (venda de pão, salgados e doces na praia). Nesta época, os turistas que mais frequentavam a Ilha eram jovens surfistas e *hippies*, mais conhecidos como “barraqueiros”. Esses turistas estabeleceram um relacionamento de proximidade com os nativos, compartilhando com eles várias atividades, desde a pesca até a participação do forró (bailões) local. (KRAEMER, 1985 *apud* IAP, , 1996, p.65)

A Ilha do Mel possui o turismo em desenvolvimento, entretanto, recebe vários estilos de turistas, e possui infraestrutura para recebê-los. Alguns quintais ainda oferecem acampamentos para os turistas, mas hoje em forma de *campings*. O número de turistas é bem maior, atualmente. A Ilha recebe a maior parte de seus visitantes entre os meses de novembro a fevereiro.

Entretanto, em busca de diminuir impactos negativos sobre o meio ambiente foi imposto um limite de 5.000 turistas simultâneos, os quais devem pagar uma taxa de visitação de R\$25,00 (ida e volta), o dinheiro arrecadado com esta taxa vai para o Estado, o qual repassa para a Ilha do Mel, em forma de melhorias na infraestrutura turística e na qualidade de vida dos moradores (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁGUA, 2012).

No entanto receber 112 mil turistas na temporada de outubro a fevereiro (PREFEITURA DE PARANAGUÁ, 2012), mesmo que dentro do limite, significa massificação do turismo. Com isso, seus recursos naturais estão sendo afetados, juntamente com a cultura da comunidade.

A valorização da Ilha como atrativo turístico tem atraído cada vez mais turistas para a região, principalmente no verão, turistas que vem de todas as partes do Brasil e do exterior. Com isso a população começou a ter um real aproveitamento da atividade turística fazendo disso a principal atividade econômica do local (IAP, 2012).

O turismo trouxe vários benefícios, porém causou aculturação do local, pois como afirma o IAP (1996), a convivência cada vez maior com os turistas, veranistas e pessoas de fora que mudaram-se para o local , fez com que hoje somente as pessoas mais idosas conservem alguns hábitos antigos e lembranças de como a Ilha era no passado.

2.2 COMUNIDADES DA ILHA DO MEL

A comunidade nativa da Ilha do Mel é formada por caiçaras, antigos índios que a habitam. O termo caiçara vem do Tupi Guarani *caá-içara* (SAMPAIO, 1987). Segundo Adams (1999), são denominados Caiçaras o resultado da mistura entre portugueses e europeus que habitavam o litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Geralmente vivem da pesca artesanal e agricultura de subsistência.

Essa comunidade nativa atualmente vive em meio a uma comunidade mista, ou seja, uma nova comunidade de índios e empreendedores que o turismo está formando. Pessoas interessadas na atividade turística têm ocupado a Ilha com seus empreendimentos locais, dando emprego à comunidade que vem sentindo os efeitos da aculturação e dando outro foco para eles, como afirma Hanazaki (2001, p 63), “as atividades tradicionalmente praticadas pelos caiçaras, como a pesca e a agricultura, passam a ter importância secundária conforme as atividades ligadas ao turismo tendem a crescer.”

Segundo Serrano e Bruhns (1997), devido à desapropriação das moradias de alguns moradores, pela Legislação das Unidades de conservação (os que habitavam as áreas protegidas), muitos perderam áreas que utilizavam para a agricultura, não podiam pescar em qualquer lugar na época, não podiam extrair madeiras da floresta. Ainda houve a chegada de imigrantes que trouxeram outro modo de vida, enfim, diante desses impasses os caiçaras passaram a adotar o turismo como principal fonte de renda.

Segundo o IAP (2012), a Ilha é dividida em comunidades. Ao norte tem a Comunidade de Brasília que é onde também acontece o embarque e desembarque dos turistas. É o local mais calmo da Ilha, no qual se encontra uma infraestrutura ampla com mercado, igreja, escola, pousadas, restaurantes e campo de futebol. É nesta área que a Ilha está sendo invadida pelo avanço do mar. Com isso, alguns moradores têm perdido suas casas e terrenos.

Há também a Comunidade do Farol, que é uma praia com mais movimento e onde se encontram bares, pousadas e restaurantes. Grande parte desses estabelecimentos pertence a empreendedores, que não são nativos da Ilha. A Comunidade do Farol se caracteriza pela concentração da infraestrutura administrativa com apresentação de instituições públicas como o IAP, Força

Verde (responsável pela segurança de todo o local), Companhia Paranaense de Energia Elétrica, correio, posto de saúde. Além disso, atrai muitos turistas pela prática do *surf*.

Ao Sul da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres localiza-se a Comunidade de Fortaleza, que é a menor comunidade de toda a Ilha. Sua infraestrutura turística se resume à algumas pousadas e um empreendimento hoteleiro. Nesse local é onde se encontra a maior parte das casas de veraneio de uso temporário. Tais casas pertencem a proprietários originários em sua maioria de Curitiba, capital do estado do Paraná. O movimento de turistas nessa parte da Ilha é grande, pois a Fortaleza se destaca como um dos principais atrativos turísticos da Ilha do Mel.

A Comunidade de Ponta Oeste, de acordo com documento do IAP (2012) faz limite com a Estação Ecológica, ela quase não possui moradores, os que restam são famílias de antigos pescadores que abandonaram a área. Antigamente era a maior comunidade da Ilha, porém hoje sua população é de apenas doze famílias. Contudo, nessa comunidade algumas limitações estão sendo impostas como a proibição de novas construções para moradias, principalmente se for para pessoas que não são nativas da Ilha, medida que visa à proteção da Estação Ecológica.

E por fim, a Comunidade de Encantadas ou Prainhas, que é a que tem a maior concentração de nativos. Nessa comunidade também acontece o embarque e desembarque de turistas. Fica na parte Sul e é o menor lado da Ilha. Essa comunidade vem apresentando vários problemas, pois áreas de preservação vêm sendo indevidamente ocupadas. Essa comunidade também conta com uma boa infra-estrutura e possui bares, pousadas, *campings*, restaurantes, mercado, escola, campo de futebol, telefones públicos e um posto policial da Força Verde (IAP, 2012).

A figura 2 mostra a localização aproximada de cada Comunidade da Ilha, é o mapa para orientação turística, que fica exposto na entrada da Ilha do Mel. (FIGURA 2, p.13).

Contudo percebe-se que a Ilha do Mel possui diversas comunidades, no entanto uma população unida que recebe vários estilos de turistas como: famílias, jovens, pessoas de meia idade e crianças. Esses turistas em sua grande maioria buscam contato com a natureza e é sobre esse fato que o Ecoturismo se destaca como um dos principais segmentos turísticos. Uma

forma de turismo que não tem como objetivo grandes estruturas, apenas algo que comporte os turistas sem danificar a natureza (IAP, 2012).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

De acordo com Bellen (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável vem de um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação entre a sociedade civil e o meio natural. Segundo Moraes (2009) esse conceito existe desde quando o homem convive com a natureza, tentando preservá-la para haver continuidade na obtenção dos alimentos e vestuário.

Um marco importante para o esclarecimento do desenvolvimento sustentável foi o Relatório *Our Common Future* ou Relatório *Brundtland* desenvolvido pela *World Commission on Environment and Development* (WCED), sob a coordenação de Gro *Brundtland*. Tal relatório contém informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise. Neste relatório ficou definido como desenvolvimento sustentável o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. (WCED, 1987).

Contanza (1991) declara que para o desenvolvimento ser sustentável deve assegurar que a vida humana continue indefinidamente, com o crescimento e desenvolvimento de suas culturas, porém que permaneça dentro de seus limites sem destruir a diversidade, a complexidade e funções de um sistema ecológico.

Contudo, Bellen (2006) diz que o desenvolvimento sustentável deve ser dinâmico, pois o ser humano e o meio ambiente vivem em constantes mudanças. As tecnologias, culturas, valores se modificam constantemente e uma sociedade sustentável deve permitir e sustentar essas modificações, pois é um processo dinâmico de evolução.

E Kraemer (1996) afirma que ele introduz uma dimensão ética e política que considera o desenvolvimento como um processo de mudança social, com conseqüente democratização do acesso aos recursos naturais e distribuição eqüitativa dos custos e benefícios. No entanto, não se deve esquecer que o desenvolvimento sustentável tem uma vertente importante, a economia.

De acordo com Bellen (2006), para entender o desenvolvimento sustentável, três passos são essenciais para compreender a globalidade que

considera o ser humano como parte do ecossistema, assim os tratando igualmente. Sendo eles:

- O levantamento de questões, pois o conhecimento existente não é suficiente e para avaliar algo deve-se saber como avaliar;
- A existência de instituições reflexivas onde as pessoas atuam juntas para questionar e aprender; e
- O foco nas pessoas que são problemas e soluções, pois as ações estão na motivação e comportamento do ser humano.

A sustentabilidade deve abranger a economia e o desenvolvimento humano juntamente com o ambiente, buscando um ponto de equilíbrio no qual os três se desenvolverão em harmonia um com o outro. Assim oferecendo uma vida melhor para as gerações futuras.

É a busca do equilíbrio entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano. Por meio deste, se deve obter o equilíbrio entre ambos, no sentido da sustentabilidade da vida humana. Consiste num processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro. (RAFUN, 2010, s/p)

Essa questão da economia também foi levantada em 2002, na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, onde afirmaram que o desenvolvimento Sustentável é construído sobre três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e o desenvolvimento ambiental. A base para a harmonia entre o ser humano e o ambiente natural (UNITED NATIONS, 2002).

Mas nem todos são tão otimistas como esse conceito, pois de acordo com Fernandez (2000) a expressão de desenvolvimento sustentável está iludindo a população que permanece acomodada acreditando que algo está sendo feito, porém a lógica da economia existente faz com seja impossível a eficiência do mesmo. Pois para uma parte da população é apenas um alívio em suas consciências e para outra é uma forma de obter lucro com seus produtos que enfatizam as questões ambientais.

Fernandez (2000, p.38) afirma que o desenvolvimento sustentável está destinado ao insucesso, pois “qualquer processo ou é de desenvolvimento ou sustentável”, duas variáveis incompatíveis. Fernandez (2000) ainda diz que a

única esperança é que ocorram mudanças econômicas e culturais, pois será muito mais eficiente mudar a sociedade para que problemas ambientais não ocorram do que tentar remediar depois de ter surgido.

Portanto para conservar deve-se entender e conhecer o meio ambiente e acima de tudo amar a natureza e depois pensar em conservá-la, buscando harmonizar a sociedade, a economia e o meio ambiente, favorecendo assim o efetivo desenvolvimento sustentável.

4.2 TURISMO SUSTENTÁVEL E ECOTURISMO

A consciência sustentável vem ganhando destaque pela necessidade de continuidade na exploração turística, visando utilizar os recursos no presente e no futuro de forma que atenda a todas as necessidades da comunidade e dos turistas, como afirma Wall (1997, p.17):

[...] turismo sustentável é aquele que é desenvolvido e mantido em uma área (comunidade, ambiente) de maneira que se mantenha viável pelo maior tempo possível, não degradando ou alterando o meio ambiente de que usufrui (natural ou cultural), não interferindo no desenvolvimento de outras atividades e processos, não degradando a qualidade de vida da população envolvida, mas pelo contrário servindo de base para uma diversificação de economia local.

. No turismo esses fatores são essenciais para um bom desenvolvimento, pois para o turismo ser bom para uma localidade, ele deve ajudar nesse desenvolvimento, trazendo benefícios à economia, ajudando a comunidade local inserindo-a na atividade turística e conservando o meio ambiente.

É necessário salientar que o turismo pode usar a sustentabilidade a seu favor, pois assim diminuirá o desgaste dos recursos naturais, havendo desta maneira um futuro promissor para a exploração do atrativo turístico. Levando em consideração esse pensamento, a cultura que a sustentabilidade preserva pode ser utilizada como um atrativo como afirma Wall (1997).

Já que em muitas vezes a cultura local é um dos motivos da visita, conhecer novos costumes, novas crenças é algo que encanta o turista. E saber utilizar dessas armas em prol do turismo, só irá contribuir para seu desenvolvimento. A comunidade sentirá os benefícios da atividade turística e o

turista terá um grande enriquecimento em sua viagem. O turismo sustentável engloba tudo isso e segundo Feneel é (2002, p.60):

[...] a operação que ocorre dentro das capacidades naturais de segurança e produtividade futura dos recursos naturais, reconhecendo a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida trazem à experiência do turismo, aceitando que estas pessoas devem ter uma participação equitativa nos benefícios econômicos do turismo, e sendo orientado pelos desejos das pessoas e comunidades locais nas áreas visitadas.

De acordo com os autores Feneel (2002) e Wall (1997), é possível observar que o desenvolvimento sustentável do turismo segue vários fatores: a comunidade local, a cultura, o meio ambiente, tudo o que venha a fazer parte da infraestrutura necessária. Sendo assim, se faz necessário um planejamento para que ocorra tal desenvolvimento de forma que não prejudique nenhum desses fatores, havendo satisfação de todas as partes.

Segundo Petrocchi (1998) é possível chegar ao desenvolvimento sustentável do turismo trabalhando em quatro quesitos: “preservação/recuperação do meio natural; preservação/ planejamento/ recuperação do meio urbano; capacitação profissional e conscientização da população” (PETROCCHI, 2001, p.111).

Assim o desenvolvimento sustentável do turismo deve considerar a gestão de todos os ambientes, os recursos naturais e as comunidades locais, visando atender às necessidades econômicas e sociais deste local. Pois como afirma Sachs (2004), a sustentabilidade é a ligação do que acontece hoje na atividade com os resultados que deixará para as novas gerações que virão.

As autoras Serrano e Bruhns (1997, p.20) afirmam que os princípios básicos de uma prática turística sustentável se resume em:

Uso sustentável dos recursos; Redução do consumo supérfluo e do desperdício; Manutenção da biodiversidade; Introdução do turismo no planejamento (global e local) Suporte às economias locais; Envolvimento das comunidades locais; Consulta ao público e às instituições públicas e não- Governamentais; Capacitação de mão de obra, marketing turístico responsável; e Estímulo e desenvolvimento da pesquisa relacionada aos problemas a ele vinculados.

Para que haja o uso sustentável dos recursos naturais, o respeito à comunidade em relação aos seus hábitos e costumes deve sempre estar em primeiro lugar. Os participantes devem estar cientes que a comunidade não

está numa vitrine para ser consumida e nem é obrigada a aceitar os costumes de fora. (FONSECA NETO, 2007). O que se defende no ecoturismo é que o participante deve se adaptar à comunidade e não ao contrário (GARROD, 2003 *apud* FONSECA, 2003).

Sendo assim deve-se entender a importância da natureza e comunidade e tentar causar o mínimo possível de impactos, tendo em mente a sustentabilidade. Uma forma de turismo que mostra claramente a importância da preservação da natureza e comunidade causando o mínimo de impactos é o Ecoturismo.

A procura por essa atividade vem crescendo bastante, assim como a oferta vem aumentando na mesma linha. As pessoas têm buscado o ecoturismo como forma de obter um contato maior com a natureza. Porém, esse contato exige o devido cuidado para que não cause impactos socioambientais negativos em grande escala.

O Ecoturismo ou lazer surge como uma proposta conservacionista, pois é um tipo de turismo que passa a ter cuidados com o meio ambiente, valoriza as populações locais, exige qualidade de vida, hospitalidade, recreação e segurança e serviços interrelacionados (BARRETTO e TAMANINI, 2002, p.36).

A exploração dessa modalidade de turismo começou, segundo Kinker (2002) nos anos 80 e veio como uma resposta aos maus tratos que o ser humano estava exercendo sobre o meio ambiente. Os impactos negativos causados propiciaram a ideia forte de conservação. Nessa mesma época o turismo de massa era visto como principal agressor da paisagem natural e cultural. E ao mesmo tempo se enfatizava a necessidade de sair da rotina dos centros urbanos e foi nesse momento que o turismo em áreas naturais começou a se popularizar.

De acordo com o Ministério do Turismo (2010), no ano de 1985 o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) iniciou o “Projeto Turismo Ecológico”. Após dois anos junto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi criada a Comissão Técnica Nacional. Ainda nos anos 80, foram disponibilizados os primeiros cursos de guia de turismo, essas foram as primeiras ações em prol do Ecoturismo e ocorreram com o objetivo da organização desse novo segmento.

Ainda de acordo com o Ministério do Turismo (2010), em 1992 no Rio de Janeiro houve um importante evento para a história do Ecoturismo, o ECO 92, o qual após alguns anos trouxe a Agenda 21 (Programa de Desenvolvimento Sustentável aplicado no turismo), esse fato ocorreu especificamente no ano de 1996. Nessa sucessão de eventos importantes no ano de 2002 ocorreu outro encontro significativo para o setor, a Cúpula Mundial de Ecoturismo, realizada em Quebec, Canadá. Todo esse histórico relatado acima foi crucial para o desenvolvimento do Ecoturismo e para sua conceitualização.

Contudo há várias definições para ecoturismo, com abordagens semelhantes. Ziefer, (2002, *apud* KINKER 2002, p.20) afirma que o ecoturismo: “é a viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente”. Outro conceito é apresentado pelo Instituto ECOBRASIL (2009, p.1) que afirma ser ecoturismo: “O Turismo Sustentável em áreas naturais”. Isto significa que para ser turismo sustentável o ecoturismo representa benefício ao meio ambiente e às comunidades visitadas, promovendo o aprendizado, respeito e a consciência sobre aspectos ambientais e culturais.

As definições acima citadas apresentam uma diferença bem marcante. A primeira vê o Ecoturismo apenas como uma atividade normal, na qual não há compromisso com o meio visitado e nenhum tipo de preocupação com a educação do turista. Porém, na segunda pode-se perceber justamente o contrário, pois há uma preocupação real com o meio e com o turista, fundamentos que são básicos para Ecoturismo. Já Wallace (1995, p.49) apresenta uma abordagem direcionada à comunidade local, ele aponta que:

É a viagem em que há preocupação com a flora, a fauna, a geologia e os ecossistemas de uma área, assim como com as pessoas (guardiãs) que vivem nas vizinhanças, suas necessidades, sua cultura e seu relacionamento com a terra. O ecoturismo encara as áreas naturais como “a casa de todos nós” num sentido global (“eco” significando “casa”), mas também especificamente a “casa dos habitantes e vizinhanças”. Ele é visto como uma ferramenta para a conservação e o desenvolvimento sustentável.

Esse princípio faz-se necessário em qualquer forma de turismo que esteja sendo praticada, pois para a conservação do local visitado é indispensável, cuidar e conservar e isto é o mínimo a ser feito. No entanto, o

ecoturismo desejavelmente precisa abranger as necessidades de todos que estão incluídos em seu meio. Não há como praticar tal atividade deixando, por exemplo, a comunidade de lado. Ela deve participar não apenas dos benefícios que o ecoturismo traz, mas também deve proteger a natureza, participar da educação ambiental e aproveitar o atrativo natural como os turistas, pois nem só de benefícios econômicos vivem as comunidades.

Swarbrooke (2000, p.56) aborda o Ecoturismo de uma forma técnica, ele faz observações num estágio mais avançado da atividade. O autor não faz abordagens de como deve ser e sim de como está se desenvolvendo:

Um turismo de pequena escala; mais ativo que as outras formas de turismo; uma modalidade de turismo na qual a existência de uma infra-estrutura de turismo sofisticada é um dado menos relevante; empreendido por turistas esclarecidos e bem educados, conscientes das questões relacionadas à sustentabilidade, além de ávidos por aprender mais sobre esses temas; Menos espoliativo das culturas e natureza locais do que das formas “tradicionalis” de turismo.

A EMBRATUR também apresenta uma definição para o Ecoturismo, na qual engloba todas as características da atividade, é nessa definição que se embasará esse trabalho:

[...] a atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (EMBRATUR/IBAMA, 1994, s/p.)

O ecoturismo é um segmento amplo, que além da preservação do meio ambiente e da cultura, também busca o bem da comunidade local, pois as principais motivações de ecoturismo, segundo Pires (2005, p. 487) são: “[...] a contemplação e a observação das características naturais e dos recursos culturais a ela relacionados nos seus destinos”.

No entanto, para conseguir realizar a boa prática desse segmento é necessário investir na educação e conscientização do turista. Só que para isso ocorrer o turista tem que estar de acordo com os objetivos da atividade e buscar também a proteção do meio ambiente. Esse, já é um turista diferente dos convencionais, pois ele não procura grandes estruturas, apenas um contato com a natureza e com a comunidade local, sabe o valor agregado a eles e os respeita.

Segundo Ferreira e Coutinho (1999, p.23) esse estilo de turista:

Possui elevada consciência ambiental, busca experiências únicas que mantenham os recursos ambientais e socioculturais, procura integração com as comunidades e tem expectativa de que a atividade realizada venha contribuir para o desenvolvimento da região.

Esse é o estilo de turista que o Ecoturismo procura. São pessoas que irão contribuir para que a atividade se desenvolva dentro dos seus princípios. Além de preservar, essas pessoas ainda passarão a ideia para frente, assim ajudando a disseminar um futuro melhor para a atividade turística em áreas naturais.

Infelizmente não é só desse estilo que se compõem os turistas. Encontram-se vários tipos: os que preservam, os que destroem, e os que não se importam os que visitam por visitar; enfim há grande variedade de turistas passando pelos atrativos. O autor Fennel (2002) os divide em: turistas dedicados que visitam a natureza porque gostam de estar em contato com ela; os casuais que aproveitam a natureza causalmente apenas porque ela faz parte de sua viagem, a natureza não é seu atrativo principal; os em voga que vão porque é moda visitar tal atrativo; e os em condições mais duras que são os pesquisadores científicos.

Contudo, a busca pela conscientização de todos os turistas está ocorrendo, pois qualquer atrativo turístico deve ser preservado uma vez que os benefícios vêm para todos, mesmo que de forma diferente. Para os moradores surgem oportunidades de emprego, complemento à renda. Já os turistas como recordações de bons momentos, conhecimento enfim todos usufruem dos atrativos e nada melhor do que preservá-lo para que outras pessoas também possam usufruir.

3.2.1 PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO

Os seres humanos têm princípios a serem seguidos, os quais fazem com que cada um de nós, da forma que julga-se certo, levando a vida da maneira o mais correta possível. São esses princípios que fazem com que as coisas fluam. No Ecoturismo acontece da mesma forma, porém os princípios a serem seguidos são basicamente iguais para todos. Segundo Barreto e

Tamanini (2002) o princípio do Ecoturismo é a junção dos princípios do Turismo e da Ecologia. O Turismo busca satisfazer seus clientes, tendo como arma o lazer. Já a Ecologia defende a preservação ambiental como sua base. Os princípios do Ecoturismo são basicamente essa união.

O Instituto ECOBRASIL (2000) em uma de suas publicações aborda alguns princípios do ecoturismo que são:

- Oferecer ao turista contato com a natureza, pois estando em contato com ela obterá respeito e conhecimento maior sobre ela.
- Entender e conscientizar os turistas sobre sua importância ambiental e sociocultural;
- Ajudar na preservação das áreas exploradas;
- Beneficiar a comunidade local, na questão econômica, social e cultural, proporcionando melhoria em suas vidas;
- Usar da mão de obra local, ou seja, dar oportunidade para a população local trabalhar e se desenvolver;
- Ter uma infra-estrutura adequada, que harmonize e não prejudique o meio ambiente e ao mesmo tempo atenda as necessidades do turista; e
- Valorizar a cultura local.

Wallace e Pierce (1996, *apud* FENNELL, 2002, p.49), também apontam alguns princípios que complementam os que foram apontados pelo Instituto ECOBRASIL, são eles:

- Vincular-se a uma forma de uso que diminua os impactos negativos sobre o meio ambiente e comunidade local;
- Envolver os turistas com os problemas ambientais, assim aumentando sua consciência e a compreensão sobre o meio e a cultura local;
- Contribuir para conservação e gestão de unidades de conservação e outras áreas naturais;
- Aumentar a participação da comunidade nas decisões que determinam como tudo funcionará;
- Passar a comunidade todos os benefícios vindos do turismo, para que assim ela complemente sua renda; e
- Oferecer oportunidades especiais aos moradores de utilizar e aprender mais sobre a natureza a que muitos vêm visitar.

A observação dos princípios apresentados acima é fundamental para que essa atividade não perca suas características e finalidades. São princípios que estão interligados, porém ambos têm a mesma finalidade. Em sua totalidade abordam todos os que estão em contato com o meio, desde a comunidade local até o turista.

Percebe-se que vários princípios estão ligados a comunidade, tentando inseri-la na atividade e lhe passando os benefícios. Buscando assim estimulá-la a conservar o meio ambiente. Contudo alguns dos princípios citados acima podem ser encontrados em prática na Ilha do Mel, por exemplo, a comunidade tem a possibilidade de participação na elaboração do plano de manejo da localidade, os lucros têm por finalidade retornar como melhorias para a comunidade local, oferecem o contato do turista com a natureza. Como se pode ver são princípios que colaboram para alcançar a harmonia da comunidade com o turismo no atrativo. Porém há muito a realizar em termos de Ecoturismo no local.

Entretanto, o Ecoturismo além de princípios pode apresentar ainda três aspectos diferentes como afirma Mangel (1993 *apud* FARIA, 2001, p. 15):

Uso Sustentável: usufruir dos recursos naturais, dando a eles o tempo necessário para sua recuperação, assim seu uso será prolongado; Crescimento Sustentável: crescer sem agredir o meio ambiente, respeitando as limitações dos recursos, pois o crescimento da população gera aumento no consumo de recursos; Desenvolvimento Sustentável: controlar o crescimento da população, como já citado acima. Esse crescimento gera aumento no consumo de recursos, e se ocorrer de forma descontrolada irá causar impactos negativos sobre o ambiente. É preciso ter em mente que o desenvolvimento sustentável trará vida mais longa a esses recursos.

Para o turismo é importante seguir os três aspectos já que na atividade turística o uso de áreas naturais é muito frequente. O crescimento da população é algo que acontece em todos os lugares com ou sem o turismo e o desenvolvimento é imprescindível para o futuro. Nas localidades consideradas turísticas pode ocorrer à aceleração desse processo e ocorrendo de forma sustentável trará oportunidades melhores para a comunidade local e prolongará a vida útil dos recursos.

Contudo, o Ecoturismo é o segmento de turismo que vem apresentando crescimento nos últimos anos. De acordo com o Ministério do Turismo (2010, p.01) “estima-se um crescimento de 20% ao ano e que o faturamento, a nível

mundial, seja de US\$ 260 bilhões, dos quais o Brasil se apropriaria de US\$ 70 milhões.”

Ainda de acordo com o Ministério do Turismo (2010) os gastos dos ecoturistas cresceram em média 161% entre 2008 a 2010. Os ecoturistas gastavam aproximadamente R\$112,00 por dia, atualmente gastam R\$ 293,00 por dia. Esse crescimento é ocasionado pela busca a natureza, a qual ocorre em alguns casos em unidades de conservação que impõem limitações para o uso pelo turismo.

É nessas unidades de conservação que o ecoturismo ganha destaque, pois seus princípios se seguidos irão ajudar a proteger essas áreas. E o objeto de esta localizado exatamente em uma Unidade de Conservação. Próximo tópico deste trabalho.

3.3 TURISMO EM ILHAS

Segundo, Visnadi e Vital (1989) as ilhas são ecossistemas individualizados e isolados geograficamente devido à barreira aquática. Os ecossistemas insulares são frágeis em sua dinâmica e, em geral, abrangem uma área pequena. E essas características são o atrativo para alguns turistas.

Outro motivo pelo qual as Ilhas atraem os turistas, é que muitos se encantam com o fato de ir para uma Ilha. Até mesmo o fato da viagem ser realizada em etapas diferenciadas, aumenta a expectativa do turista. Há também quem espera chegar ao local e encontrar algo diferente “Quem chega a uma ilha depara se com um mundo ligeiramente distinto daquele que conheceu anteriormente (DELLINGER, 2012, p.12)”, uma cultura mais preservada, e devido ao seu isolamento geográfico lhe permite um contato maior com a natureza. Enfim, como afirma Swarbrooke (2000), as ilhas exercem um fascínio sobre o turista.

No entanto, esse fascínio pode causar problemas, pois as Ilhas são frágeis, o meio ambiente sofre se houver uma atividade turística descontrolada e a cultura da comunidade também sofrerá, pois está sujeita a aculturação. Sem contar que a vida em uma Ilha é muito mais complexa do que no continente, pois quem vive numa Ilha não tem a sua disposição o acesso ao transporte, a alimentação, a moradia, aos recursos que toda a população

precisa. Para tanto, fica claro que é oneroso para esses moradores manterem suas necessidades humanas básicas, já que tudo do que necessitam vem do continente e isso afeta o preço final dos produtos.

Swarbrooke (2000) relata alguns problemas que as Ilhas encontram, como por exemplo, altos custos de transporte, custo de vida alto, baixa competitividade, menos oportunidades econômicas, emprego insuficiente, emigração seletiva, problemas de acessibilidade, redução da demanda de bens e serviços, população mais velha, baixa taxa de nascimentos e por fim a diminuição da população em longo prazo.

Esses são apenas alguns dos problemas que se encontram nas Ilhas, contudo, são situações que afetam diretamente a população. Eles apresentam diferenças conforme o tamanho e a distância em que a Ilha se encontra do continente. Em algumas são maiores e em outras são menores.

As Ilhas que apresentam fluxo turístico, ainda sofrem com mais esse problema, pois muitas ficam super lotadas na temporada (novembro/fevereiro), e essa situação aumenta seus problemas, ainda mais se forem muito pequenas. Essas Ilhas na temporada apresentam impactos negativos sobre o meio ambiente, problema com o fornecimento de produtos básicos, falta de água e luz, aumento no preço dos produtos, aumento de esgoto, lixo nas praias, lotação no transporte aéreo ou marítimo, enfim todos os problemas que o litoral também apresenta. (SWARBROOKE, 2000)

Ainda segundo Swarbrooke (2000), algumas ilhas estão tentando diminuir essas dificuldades. Um método encontrado foi impor uma taxa de visitação diária e limitar o número de turistas simultâneos nas ilhas, ou seja, implantar a capacidade de carga que segundo Fennell (2002, p.111), “controlando o uso de determinado tipo, determinado meio ambiente pode durar com o tempo, sem a degradação de sua utilidade para esse uso”. Esta também é uma maneira de controlar o turismo nas Ilhas, propicia um planejamento adequado para a atividade turística do local.

3.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

A primeira Unidade de Conservação (UC) foi criada nos Estados Unidos, no dia 1º de março de 1872, o Parque Nacional de Yellowstone. Segundo

Costa (2002), ele foi o ponto inicial para a conceitualização de áreas naturais que valoriza o cuidado com áreas consideradas “ilhas” de beleza cênica que conduzem o homem a meditação.

Depois da primeira criação de uma Unidade de Conservação, eventualmente, foram surgindo outras. Os primeiros países a seguir o exemplo foram: “Austrália (1879), Canadá (1885), Nova Zelândia (1894), África do Sul (1898), México (1899), Argentina (1903), Chile (1926), Equador (1934), Venezuela (1937) o Brasil (1937). No Brasil a primeira Unidade de Conservação foi o Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro, com fins científico e turísticos”. (COSTA, 2002. p. 16)

De acordo com Kinker (2002), o Brasil possui 8,13% de seu território legal protegido em Unidades de Conservação. No entanto, elas só passaram a ter regulamentação própria com a Lei nº9.985 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Tal sistema é constituído pelo conjunto das Unidades de Conservação. O SNUC é definido em seu artigo 2º da seguinte forma:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, lei 9.985 art. N°02).

Unidades de Conservação são consideradas por Kinker (2002) áreas naturais ou seminaturais que através de razões técnico-científicos e socioeconômicas estão em regime especial de administração. Estas Unidades de Conservação possuem limites e localização definidos, suas características ecológicas e paisagísticas são de relevante importância.

A preservação da natureza está evidente nos conceitos de Unidades de Conservação. Os quais são reforçados pelos objetivos do SNUC que de acordo com Brasil (2000, lei 9.985 art. N° 04), são:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Esses objetivos estão claramente buscando a preservação e conservação do meio ambiente. Objetivando o desenvolvimento do local juntamente com a preocupação com o meio ambiente.

De acordo com a Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000), as Unidades de Conservação são divididas em dois grupos específicos: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral são: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Nacional e Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2000).

De acordo com Costa (2002) as Estações Ecológicas são criadas para preservar a natureza e servir como objeto de pesquisas científicas. Não é uma categoria apropriada para o turismo, pois a visitação pública poderia comprometer o andamento das pesquisas científicas. Tais visitas são toleradas se houver finalidades educacionais.

E ainda de acordo com a autora, a PARNA (Parque Nacional) tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas

e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de ecoturismo.

De forma geral as Unidades de Conservação de proteção Integral não se destinam ao turismo, exceto os Monumentos Nacionais e os Parques Nacionais, cujas visitas são sujeitas as limitações impostas pelos respectivos planos de manejo.

Contudo a infraestrutura turística existente nesses Parques Nacionais é mínima, suprimindo apenas as necessidades básicas dos turistas. De acordo com Costa (2002, p. 41) o desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação deve seguir as seguintes recomendações:

Construção e implantação de um centro de atendimento aos visitantes; Criação e implantação de estrutura administrativa *in loco*; Contratação e treinamento de pessoal; Definição física da área da UC (mediante placas, cercas, ou quaisquer outros meios); Abertura ou melhoria nas condições físicas das trilhas de visita; Desenvolvimento de um amplo e bem estruturado programa de comunicação; Implantação de sistema de sinalização (dentro e fora da UC); Cadastramento de potencialidades turísticas do entorno (patrimônio natural e cultural); Incentivo à participação de instituições e pessoas do entorno; Criação de material promocional e educativo; Promoção de estudos e desenvolvimento de pesquisas.

As recomendações acima possibilitam que a atividade turística seja eficaz sem prejudicar a área protegida, assim ocorrendo um uso correto. Porém a visita pública das Unidades de Conservação depende de algumas regras e restrições estabelecidas nos Planos de Manejo. Segundo o MMA (2000) o plano de manejo apresenta ações em conjunto que trabalham com questões do dia a dia, que são necessárias para alcançar os objetivos do plano. Isso nas áreas protegidas significa utilizar os recursos existentes de forma adequada, sejam eles biofísicos ou humanos.

Ainda segundo o MMA (2000) o Plano de Manejo é essencial para se realizar o planejamento das Unidades de Conservação (Ucs), nesse planejamento se define o zoneamento de uma Ucs, caracterizando cada uma de suas zonas, propondo desenvolvimento físico e estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da unidade. Deve abranger também seu entorno e incluir medidas que promovam a integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Contudo, as duas categorias de acordo com o SNUC são de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei (SNUC, N° 9.985).

3.5. PLANEJAMENTO TURÍSTICO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO EM ÁREAS NATURAIS

A organização eficaz das atividades turísticas requer a elaboração profissional de planejamento. Quando se planejam as atividades turísticas é necessário observar que elas sejam previstas buscando reduzir os efeitos negativos ao meio ambiente, moradores ou aos atrativos turísticos. O planejamento no turismo aparece como uma das principais ferramentas para o desenvolvimento da localidade, tanto para atender as necessidades dos turistas como as dos moradores da localidade.

De acordo com Petrocchi (1998), o planejamento se faz muito importante na vida de todos, porém é visto com dificuldades, como algo complexo. No entanto, as pessoas fazem planejamentos a todo o momento em suas rotinas planejando do futuro, do dia a dia, porém não percebem que estão planejando. Segundo Petrocchi (1998, p.66) “pensar no futuro é o que os seres humanos fazem, deveríamos aprender a fazer isso melhor”.

De acordo com Ruschmann (1997, p 47), o planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar os objetivos almejados. Tem por fim o fornecimento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades. E o planejamento estratégico que é “o desenvolvimento de estratégias que permitam a uma organização comercial visualizar oportunidades de lucros em determinados segmentos de mercado”.

Para Petrocchi (1998) planejamento é definir um futuro almejado, é colaborar para que as tarefas sejam bem realizadas e os objetivos sejam facilmente alcançados, ordenando as ações e estabelecendo prioridades a elas. O planejamento permite mapear as dificuldades e decidir pelas melhores escolhas possíveis. Chiavenato (1987, p.67) diz que “o planejamento é a função administrativa que determina o que deve ser feito e quais os objetivos que devem ser atingidos”.

Então se entende como planejamento o processo de organização de estratégias, para que ocorra um bom desenvolvimento do turismo e da economia local. Contudo não se pode deixar de lado a comunidade local, pois ela é alma de tudo, é ela quem estará em meio da execução do turismo. De acordo com Fridgen (1990) o desejo e as preferências da comunidade local devem ser consideradas, pois o planejamento deve resultar na melhoria da vida da comunidade local, tendo em vista que turismo baseia-se fortemente no bem estar dos autóctones.

Boiteux (2002) considera o planejamento como instrumento para transformações, que o planejamento tem como objetivo de pensar em providências que serão tomadas para fazer de um local um grande destino turístico. No entanto, o planejamento necessita de mentores para ser executado. Esse processo de decisões e tomadas de providências, desejavelmente deve ser realizadas por pessoas capacitadas, que consigam visar o desenvolvimento econômico e a proteção do patrimônio local.

Segundo Ruschmann (1997) no turismo o Estado é responsável pelo planejamento e legislações que são necessários para o desenvolvimento da infraestrutura, a qual deve atender a comunidade local e os turistas. E, além disso, deve zelar pela proteção e conservação do patrimônio natural assim criando facilidades no funcionamento dos serviços e equipamentos dos destinos.

De acordo com Bound e Bovy (*apud* RUSCHMANN 1997, p.85) as situações que necessitam de planejamento turístico são as seguintes:

- Nos locais em que as empresas turísticas estão se estabelecendo com sucesso, a fim de assegurar um controle eficaz do desenvolvimento, no qual se incluem as medidas de proteção do meio ambiente;
- Nos locais em que o crescimento acelerado da demanda, originado no turismo de massa e nos “pacotes” organizados por operadores turísticos, gerou modificações rápidas nas circunstâncias econômicas e sociais, visando ao monitoramento contínuo do acesso de pessoas;
- Nos locais onde o turismo não se desenvolveu satisfatoriamente, apesar de apresentarem recursos consideráveis. Nesses casos, os estudos determinarão: a viabilidade de implantação de outros tipos de turismo e de incentivos aos empresários na implantação dos equipamentos correspondentes; a relação das vantagens entre o tipo de turismo do local e a concorrência de outros setores econômicos (custo benefício e custo-oportunidade);
- Nos locais onde o desenvolvimento do turismo concorre para a degradação ou erosão de sítios ou recursos únicos, apesar dos consideráveis benefícios socioeconômicos oferecidos pela população.

Os atrativos turísticos precisam de um bom planejamento, pois algo se bem organizado poderá definir a volta do turista. Os turistas em sua maioria começam a analisar a viagem no início e levam essa análise até o momento final. Para conquistá-los se faz necessário o planejamento, pois imprevistos podem terminar em erros.

Para Petrocchi (1998) há duas formas principais de planejamento turístico: o modelo mediterrâneo ou urbano e o modelo fechado ou americano. O autor descreve como modelo mediterrâneo o que permite ao turista contato com a comunidade local, dando grande relevância para a cultura. Esse modelo recebe investimentos regionais e seus lucros são para a comunidade local, os quais voltam como de investimento na localidade.

O modelo fechado ou americano é o que isola o turista da realidade do local, não permite o contato direto com a comunidade. São complexos fechados que oferecem tudo o que turista necessita dentro de suas estruturas. Esse modelo recebe investimentos de grande porte, como os *Resorts*. (PETROCCHI, 1998).

No objeto de estudo, a Ilha do Mel, é encontrado o modelo mediterrâneo pois, os turistas tem contado com a comunidade local mostrando interesse pela sua cultura. Recebe também investimentos do governo. E em relação aos lucros obtidos com o turismo na localidade, eles são revertidos em melhoria da infraestrutura turística e na vida da comunidade local.

E para Petrocchi (1998, p.51), as etapas de planejamento são análise macroambiental, elaboração de diagnóstico, definir os objetivos, determinar as prioridades, identificar os obstáculos e dificuldades, criar os meios e mecanismos, dimensionar os recursos necessários, estabelecer responsabilidades, projetar cronogramas e estabelecer pontos de controle. Essas etapas são chaves para qualquer planejamento, porém para realizá-las é necessário avaliar a área em que o planejamento será implantado, áreas urbanas ou naturais.

As áreas naturais requerem atenção maior, pois não há como planejar a natureza, apenas pode-se adaptar às necessidades do turismo a natureza. Segundo Boullón (2002) há a necessidade de planejar o que turismo utilizará do ambiente natural, mas sem pensar em planejar a paisagem, porque não há como fazer isso. O planejamento da utilização dos recursos disponibilizado por

essas áreas se faz necessário para diminuir os impactos causados pela atividade turística e trazer retorno para a economia local.

Boullón (2002) afirma que o planejamento do uso dos atrativos naturais se divide em dois tipos:

- Atrativos naturais de uso intensivo: os que recebem grande quantidade de turistas, como praias famosas, as estações de esqui, áreas verdes e lagos que ficam próximos a centros urbanos; e
- Atrativos naturais de uso restrito: os que recebem poucos turistas, como os que apresentam dificuldade e restrições de acesso ou pela sua pequena importância turística.

Ainda segundo Boullón (2002), o processo de planejamento dessas áreas precisa de mais quatro etapas: pesquisa e análise; avaliação; política ou resolução de desenho e realização. As áreas naturais requerem planejamento devido a sensibilidade que apresentam, sendo assim é indispensável que ocorra o processo de planejar.

Reis (2001), afirma que o planejamento destas áreas é fundamental e as atividades nelas realizadas devem estar apoiadas no plano de manejo para que seja mantida a integridade dos ecossistemas e dos valores culturais existentes, promovendo a sensibilização do público e melhoria da qualidade de vida da população local.

Segundo Ruschman (2000) o planejamento é uma importante ferramenta, que ajuda a evitar danos ambientais e a manter a atratividade dos atrativos naturais e culturais. Assim ajudando a continuação da atividade turística com pouca degradação do meio.

3.6 INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

Para que haja turismo organizado, os destinos necessitam de infraestrutura turística que propiciem conforto e maximizem o desfrute da visita. Segundo Rabahy (2003, p.131) “a importância dos equipamentos turísticos é indiscutível para o funcionamento do sistema turístico, o que merece ser destacado é o crescimento de seu significado na determinação das destinações turísticas”.

Os destinos que oferecem infraestrutura mais adequada tendem a ser os destinos que receberam mais turistas. E, no entanto, isso tem levantado uma disputa entre os empreendimentos turísticos como afirma Rabahy (2003) na área de investimento pode-se observar um crescimento na competição, disponibilizando aos turistas atrativos e equipamentos sofisticados.

Tuna (2008) afirma que a infraestrutura de uma localidade influencia na demanda turística, pois a infraestrutura turística aliada com a infraestrutura urbana constituirá, em parte, a atratividade de determinada localidade.

Analisando os dois autores Rabahy (2003) e Tuna (2008), podemos entender que a infraestrutura tem uma importância indiscutível para a atividade turística, que além de tornar a visita agradável, ela também atrai o turista e está entre um dos fatores que irão mantê-lo e trazê-lo de volta no futuro.

Menezes (2009) afirma que:

A infraestrutura turística é fator primordial para o desenvolvimento da atividade turística em um município. Sem os itens citados acima é muito difícil conseguir uma clientela fiel já que os turistas que está visitando a localidade necessitam além dos atrativos, uma estrutura que faça com que ele sinta a vontade durante sua estada (MENEZES, 2009, p.20)

Como afirma Menezes (2009), o turista precisa de uma infraestrutura mínima para que possa sentir-se a vontade e queira voltar para o atrativo. Por isso, a infraestrutura se faz tão necessária, ela é essencial para o sucesso turístico de um atrativo. Sem ela não ocorrerá na atividade um desenvolvimento satisfatório.

Segundo, Petrocchi, (1998, p.93) a infraestrutura deve ser composta por:

[...] acessos e meios de transportes, incluindo capacidades e serviços turísticos; sistema interno de transporte e facilidades aos turistas; outras infraestruturas como água, energia, esgotos, destinação do lixo, telecomunicação etc.; revisão de planos e programas aprovados para o desenvolvimento de infraestruturas; identificação de infraestruturas prejudiciais ao turismo e recomendações para o desenvolvimento requerido pelo turismo.

Percebe-se que segundo Petrocchi (2001), a infraestrutura turística não funciona sozinha ela necessita de apoio de outras infraestrutura para seu desenvolvimento. E que no momento que todas estiverem trabalhando junto o atrativo estará oferecendo boas condições para a prática da atividade turística.

Lages e Milone (2001) e Oliveira (2002) afirmam que a infraestrutura turística é um dos componentes da oferta que é dividida em equipamentos e serviços turísticos que são os serviços destinados aos turistas e a infraestrutura de apoio turístico que são os serviços urbanos que não são feitos exclusivamente para o turismo, porém o turismo se utiliza deles para seu desenvolvimento. Os equipamentos e serviços turísticos segundo os autores são indispensáveis para o bom desenvolvimento da atividade turística. Eles são constituídos basicamente pelos meios de hospedagem, alimentação, agenciamento, informações e outros serviços voltados para o atendimento do turista.

Oliveira (2002) explica que infraestrutura de apoio turístico é formada pelo conjunto de obras e instalações de estrutura física de base que proporciona o desenvolvimento da atividade turística, tais como o sistema de comunicação, transportes, serviços urbanos. As infraestruturas de acesso e urbana são indispensáveis para o desenvolvimento do turismo. Essa infraestrutura é composta por ruas, rodovias, água, luz, esgoto, saneamento básico, telefone, etc.

Contudo o autor ainda ressalta que além da infraestrutura o atrativo deve disponibilizar de uma grande oferta de serviços, isso é um sinônimo de sucesso, pois os turistas sempre querem estar fazendo algo. Segundo o autor “quanto mais capacidade tiver para produzir atividades que ocupem o tempo livre dos turistas, mais lucros a localidade irá auferir” (OLIVEIRA, 2002, p. 67).

Ignarra (2003) concorda quando afirma que os turistas para poderem aproveitar os atrativos, necessitam de uma série de serviços e que por esses serviços na sua maioria atenderem preferencialmente aos turistas, são classificados como serviços turísticos.

Segundo Oliveira (2002) a oferta turística é composta pelo atrativo, o motivo da atividade turística. Segundo o autor é tudo que possa vir a despertar interesse turístico, o qual motivará o deslocamento das pessoas para conhecê-los. É com a presença desses itens equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio turístico, infraestrutura de acesso e a urbana junto com a presença dos consumidores se forma o produto turístico. (OLIVEIRA, 2002, p. 66).

Andrade (2003), também aponta uma composição da infraestrutura turística mais detalhada. Mostra que as instalações de hospedagem tais como

motéis, hospedarias, hotéis, albergues turísticos, *campings*, as instalações de recepção para atendimento, orientação, acompanhamento dos turistas e etc, fazem parte da infraestrutura turística.

Andrade (2003) ainda coloca que a infraestrutura geral que abrange água, luz, esgoto, eletricidade, comunicação, combustíveis, a infraestrutura de acesso e meios de transportes e outras infraestruturas que englobam os teatros, cinemas, casas de jogos, boates, clubes, casas de chá, cafés, butiques, choperias, sorveterias, confeitarias e os vários outros empreendimentos destinados a lazer e diversão eles são essenciais para o bom desenvolvimento do turismo. Andrade (2003) afirma que elas se completam.

Contudo, Dias e Aguiar (2002, p.43) diz que a infraestrutura compõem a oferta turística e que a oferta é nada mais do que “tudo que é oferecido ao turista e que esses serviços são fatores essenciais no desenvolvimento turístico de uma localidade, pois o turista só retorna a um destino ou o recomenda se for bem tratado, não só em termos de cortesia, como na questão de preços e apresentação do atrativo.” No entanto, segundo os autores citados a infraestrutura é primordial para o desenvolvimento do turismo e é nessa questão que se explica seu levantamento no objeto de estudo.

onde deve voltar para Ilha em investimentos e melhorias na infraestrutura turística e na melhora da vida da comunidade local. Dentro da Ilha a locomoção se faz a pé ou com bicicletas que podem ser alugadas na própria Ilha.

A infraestrutura básica como afirma Ignarra (2003), é elemento fundamental para a viabilização da atividade, é uma pré-condição para o desenvolvimento turístico. Na Ilha do Mel a infraestrutura básica de água é fornecida pela CABI uma empresa particular que possui uma estação na Ilha, sua distribuição é realizada por encanamentos subterrâneos. A empresa disponibiliza de quatro caixa de água de 20.000 litros cada caixa.

Já o esgoto de acordo com o IAP, não possui tratamento. As pousadas, restaurantes e casa de moradores possuem fossas sépticas, que são apenas buracos no solo onde é depositado todo o esgoto. O processo de esvaziamento dessa fossa é realizado pelo próprio solo que absorve o esgoto.

Em relação ao lixo produzido, é feito à separação que é realizada pelos meios de hospedagem, restaurantes e moradores e depois depositados em uma espécie de lixão. Localizado na comunidade de Brasília, a coleta dos resíduos sólidos até o lixão é realizada por funcionários da Prefeitura de Paranaguá que em geral são moradores. Eles realizam essa coleta recolhendo os resíduos sólidos nas propriedades com carros manuais.

Depois da realização desse processo o lixo é recolhido por uma chata (barco) disponibilizado pela Prefeitura de Paranaguá que recolhe todo o resíduo sólido produzido na Ilha, o levando para o município de Paranaguá onde são tomadas as devidas providências para sua destinação final. Já o lixo jogado nas praias em temporada tem funcionários responsáveis por seu recolhimento, no entanto em baixa temporada os funcionários são dispensados, não ocorrendo à coleta do lixo. A Ilha do Mel possui lixeiras para o auxílio da coleta. Na Comunidade de Brasília são 10 lixeiras espalhadas pelas trilhas e na Comunidade do Farol são de 21 também espalhadas pelas trilhas.

A infraestrutura existente para comunicação é realizada pela Telecomunicação Paranaense (TELEPAR), que disponibiliza orelhões distribuídos pela Ilha, especificamente dois na comunidade do Farol. A Ilha disponibiliza também de telefones fixos, sinal para celular e internet.

A energia elétrica utilizada vem de Pontal do Paraná por cabos subterrâneos, ela é fornecida pela Companhia Paranaense de Energia

(COPEL), que possui um centro de atendimento na Ilha do Mel que se localiza na Comunidade do Farol.

A infraestrutura específica para o turismo existente na Ilha do Mel é de quarenta e cinco pousadas, disponibilizando aproximadamente dois mil a dois mil e quinhentos leitos, sete *campings*, seis restaurantes, um ponto de informação turística em cada trapiche da Ilha totalizando dois pontos de informações. Sendo que um está localizado na Comunidade de Brasília e o outro na comunidade de Encantadas. Os atendentes são funcionários da Prefeitura de Paranaguá. As cidades de embarque e desembarque, para Ilha do Mel, são Pontal do Paraná e Paranaguá que também possuem ponto de informação turística.

Conta também com três pontos para locação de bicicletas, quinze carrinhos manuais para transporte de bagagens, cinco lojas de artesanato, seis bares, um ponto de barco para passeios. A Ilha possui guias de turismo, porém segundo o IAP, não estão atuando. O Quadro 1 mostra detalhadamente quais os equipamentos e serviços turísticos existentes na Ilha do Mel e sua respectiva quantidade. Buscando melhor entendimento sobre a infraestrutura turística existente no local.

Quadro 1 – Equipamentos e serviços turísticos da Comunidade de Brasília e Farol.

EQUIPAMENTO E SERVIÇOS TURÍSTICOS	QUANTIDADE
MEIOS DE HOSPEDAGEM	
Pousadas	45
Campings	7
ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	
Restaurantes	6
Bares e lanchonetes	6
PONTOS DE LOCAÇÃO	
Bicicletas	3
Carros manuais para transporte de bagagens	1 (possui 15 carros)
ENTRETENIMENTO	
Lojas de artesanato	5
Ponto de barcos para passeios	1
INFORMAÇÕES	
Centro de informações turísticas	1

Fonte: DENKEWICZ, Patricia, 2012.

A infraestrutura de apoio ao turismo existente na Ilha do Mel é de um posto de saúde, um correio, uma *lan house*, um mercado, duas panificadoras, duas mercearias, uma cafeteira, uma pizzaria, um centro esportivo, dois campos de futebol, três Igrejas. Foi observado que os empreendimentos que compõem a infraestrutura da Ilha do Mel são todos sinalizados com placas e em alguns restaurantes o menu é apresentado nas mesmas, que sinalizam o local.

. O Quadro 2 especifica cada empreendimento de apoio ao turismo, dando suporte ao seu desenvolvimento com equipamentos essenciais para uma boa estadia do turista no local. A partir de entrevista realizada com a gestora, 63 funcionários compõem o quadro de contratados por meio da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Quadro 2 – Infraestrutura de apoio ao turismo da Comunidade de Brasília e Farol

INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO	QUANTIDADE
Posto de saúde	1
Correio	1
<i>Lan House</i>	1
Mercado	1
Panificadoras	2
Mercearia	2
Cafeteria	1
Pizzaria	1
Centro Esportivo	1
Campo de Futebol	2
Igrejas	3

Fonte: DENKEWICZ, Patrícia, 2012.

A Ilha possui cadastro no MTUR (Ministério do Turismo) e para o desenvolvimento do turismo recebe o apoio da FUMTUR (Fundação Municipal do Turismo), a qual Paranaguá está vinculada.

Ainda, em relação à infraestrutura existente na Ilha, foi observado que nas praias especificamente nas comunidades de Brasília e do Farol encontram-se resquícios de lixo, decorrentes pela falta de lixeiras em suas faixas de areia. Entretanto, nas trilhas há um número considerável de lixeiras.

As trilhas possuem poluição visual em alguns pontos, podem ser visualizadas nas casas abandonadas e em algumas placas de sinalização turística. As trilhas que possibilitam a chegada dos turistas até os principais atrativos turísticos não possuem nenhum ponto de descanso.

A figura 4, mostra a poluição visual, pois no decorrer da trilha é percebido redes de pesca penduradas pelas árvores e lonas velhas jogadas no chão. Essa situação passa ao turista, desinteresse com a Ilha.



FIGURA 4 – Poluição visual
FONTE: DENKEWICZ, Patrícia, 2012

A figura 5, também mostra poluição visual, placas de sinalização turística em péssimo estado de conservação, aglomeração de placas em meio à vegetação. As placas também dificultam o entendimento do turista, devido ao seu estado de conservação



FIGURA 5 – Sinalização Turística deteriorada.
FONTE: DENKEWICZ, Patrícia, 2012.

Analisando as trilhas, observou-se em alguns pontos a compactação do solo ocasionada pela passagem de pessoas, é observado também raízes expostas no decorrer das trilhas, como mostra a figura 6.



FIGURA 6 – Raízes expostas.
FONTE: DENKEWICZ, 2012.

Na figura 7 também observa-se, em alguns pontos, o alargamento das trilhas, que invade a mata, a qual estava protegida por cercas, que, no entanto estão deterioradas, como mostra a figura 8.



FIGURA7– Alargamento das trilhas.
FONTE: DENKEWICZ, Patrícia, 2012.



FIGURA 8 – Cercas deterioradas
FONTE: DENKEWICZ, Patrícia, 2012

Contudo a infraestrutura existente na Ilha do Mel convive diante de limitações para seu desenvolvimento, as quais vêm em prol da conservação ambiental e cultural. A Ilha do Mel é administrada baseada na lei 16037/2009, de onde vêm as limitações. Na pesquisa foram levantados artigos dessa lei que tem relação com a atividade turística ou que possa afetá-la.

No Art. 10 inciso IV alínea b, proibi qualquer nova edificação ou ocupação que não possua relação com os usos, costumes e tradições da comunidade local. No mesmo artigo, porém, no inciso IX alínea b, afirma que nas faixas de areia de todas as praias da Ilha do Mel é proibido a construção permanente ou temporária, de qualquer forma de edificação exceto as que apresentem necessidade ou utilidade pública, apenas com a liberação do IAP, da União quando for necessário e dos demais órgãos responsáveis pela Ilha do Mel.

O Art. 14 rege sobre as construções, reconstruções, reformas, ampliações ou demolições privadas ou da iniciativa pública, afirma que só poderão ser executadas mediante autorização ambiental do IAP e emissão de alvará pelo Município de Paranaguá. E no § 2º do artigo 27 diz que o IAP tem até 30 dias para conceder essa autorização.

No Art. 16 diz que a taxa de ocupação correspondente ao percentual máximo de área do terreno destinada para construções na planta baixa, será

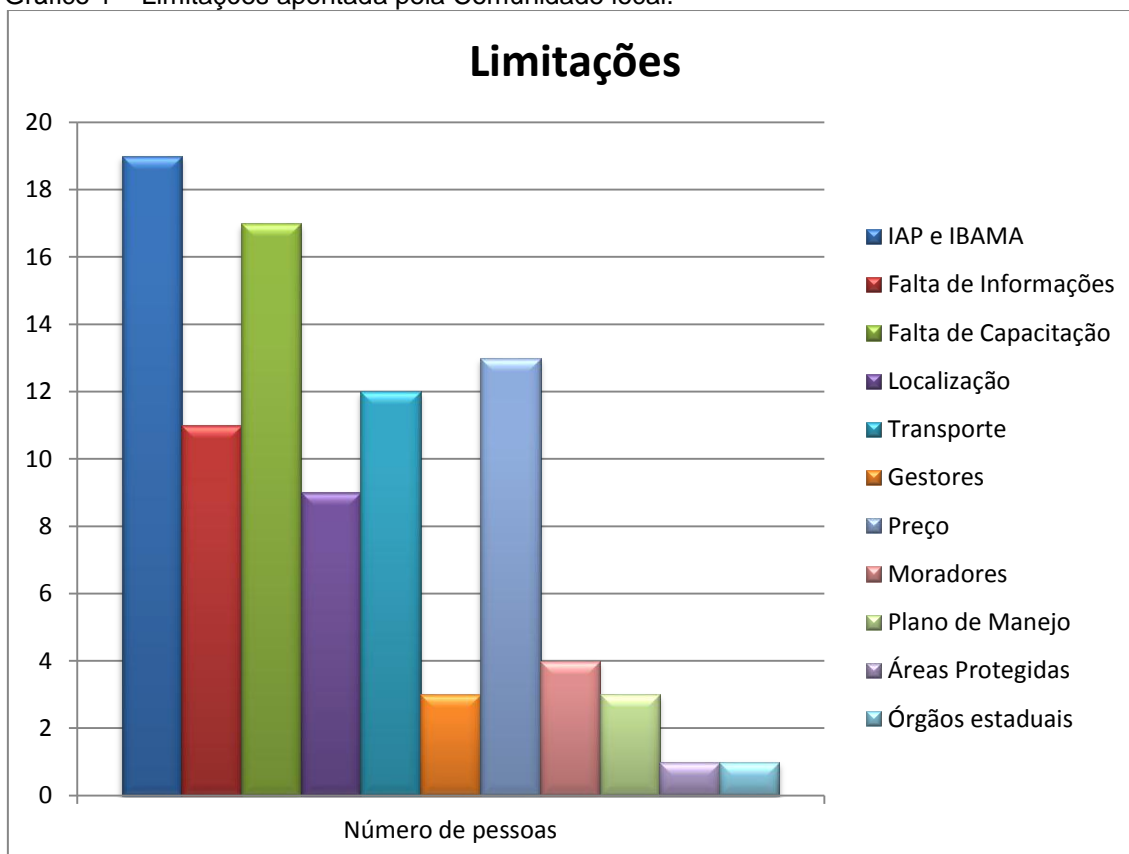
de 38 % (trinta e oito por cento) da área total dos terrenos, até o limite de 500m².

Já o Art, 18 dispõe sobre a altura das edificações que são permitidas no máximo até 5,9m (cinco metros e noventa centímetros) de altura, medidos a partir de 50 cm (cinquenta centímetros) do nível médio do solo até a cumeeira. O Art. 32 impõe limitações sobre a capacidade de carga da Ilha do Mel, nesse artigo foi estabelecido um limite máximo de 5.000 (cinco mil) visitantes a Ilha.

As limitações apontadas pela comunidade local, por meio de questionário foram às seguintes: o IAP e o IBAMA que segundo a comunidade local implica muitas leis as quais dificultam o desenvolvimento ou a melhora do turismo na localidade, a falta de conhecimento, informações e capacitação dos moradores; a localização da Ilha do Mel; transporte; os gestores; preço; os próprios moradores; o Plano de Manejo, Áreas Protegidas e órgãos estaduais.

O gráfico 1 ilustra as limitações e o número de pessoas que as mencionaram na pesquisa. O lado direito mostra o número de pessoas e o lado esquerdo observa-se uma legenda com todas as limitações levantadas.

Gráfico 1 – Limitações apontada pela Comunidade local.



Fonte: DENKEWICZ, Patrícia, 2012

Esses dados foram levantados com a comunidade local, baseados em um questionário.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA

A infraestrutura de acesso, especificamente o transporte marítimo, encontra-se deteriorado. Os barcos apresentam várias danificações, as quais podem prejudicar os passageiros, como mostram as figuras 9 e 10.



FIGURA 9 – Transporte Marítimo Ilha do Mel
FONTE: DENKEWICZ, Patrícia, 2012



FIGURA 10 – Parte interna da barca
FONTE: DENKEWICZ, Patrícia, 2012.

As figuras 9 e 10 mostram as reais condições do transporte marítimo na Ilha do Mel, percebe-se que o estado de conservação não é adequado, já que sua função principal é realizar o transporte de pessoas, ainda ele sendo o principal meio de locomoção para chegar até a Ilha, deve estar em bom estado de conservação para a segurança dos passageiros. Contudo, é cobrada uma taxa para utilização de tal transporte, a qual deveria ser repassada em melhorias na infraestrutura existente, algo que não está acontecendo.

Em relação à infraestrutura básica de água, a Ilha do Mel sofre com a falta de água em temporadas, pois os motores que fazem a distribuição de água são insuficientes e os reservatórios são pequenos. Não conseguem atender a demanda durante a temporada. Uma alternativa seria que cada casa e equipamentos turísticos possuíssem uma caixa de água reserva para amenizar a falta de água na temporada.

O esgoto por não possuir o tratamento correto é depositado no solo, causando a contaminação do local e levando a contaminação do lençol freático. Essa contaminação é causada também pelos resíduos sólidos que ficam depositados no solo, sem proteção alguma, até ser destinado a Paranaguá. Uma solução viável seria o sistema de compostagem dos resíduos orgânicos.

A energia elétrica que é disponibilizada para a Ilha do Mel não apresenta problemas. Durante a temporada funciona normalmente. Porém quando há tempestades com muitos raios, a distribuição é afetada, pois algumas redes elétricas são atingidas.

A infraestrutura específica para o turismo atende as necessidades dos visitantes, porém os serviços turísticos são simples com um preço elevado. Os equipamentos turísticos encontram-se muito centralizado, longe dos principais atrativos turísticos. No entanto, isso ocorre por causa das limitações impostas para a conservação ambiental da Ilha do Mel.

Os meios de hospedagem, restaurantes e bares possuem um atendimento simples, que em sua grande maioria é realizado pelos próprios moradores. São administrados por famílias onde todos trabalham juntos. No entanto possuem pouca capacitação o que em algumas vezes atrapalha o atendimento ao turista. Como por exemplo, a maioria não fala um segundo idioma, circunstância a qual dificulta o atendimento de turistas estrangeiros.

Outro problema é falta de organização desses estabelecimentos, pois alguns não possuem uma escala de trabalho, o que sobrecarrega os funcionários existentes, causando o abandono de trabalho. Uma opção seria montar uma escala de trabalho, onde os direitos dos trabalhadores sejam preservados e cursos de capacitação sejam proporcionados, ocasionando o interesse do funcionário pela atividade e satisfação do cliente.

Foi observado que em vários estabelecimentos turísticos os funcionários não possuem vestuário adequado, isso pode mostrar ao turista, uma imagem errada do local. Possuir uniformes resolveria a questão. Outro ponto é a estética dos estabelecimentos, a qual está de acordo com o meio em que está inserida. Quando se está localizado em meio natural a harmonia entre as edificações com a natureza é um fator importante para que não ocasione impacto visual.

Alguns elementos que compõe a infraestrutura específica, como o trapiche e centro de informações turísticas, encontram-se deteriorados. Precisando com urgência de uma reforma para ser capaz de atender as necessidades dos turistas com a melhor qualidade possível. No anexo I é apresentado uma alternativa para melhoria do trapiche, do centro de informações, que seria mais amplo, oferecendo banheiros, sala de educação ambiental, guarda volume, sala para informações turísticas e venda de águas.

Em relação às trilhas, os danos aparentes são devido à passagem de pessoas, que quando grande pode causar erosão do solo. Raízes expostas surgem devido à falta de serrapilheiras que diminuem por causa do grande fluxo de passantes, porém a espécie de árvore que possuem suas raízes expostas, o que não é o caso das trilhas analisadas. O alargamento das trilhas também é causado pelos passantes, pois significa que eles não obedeceram ao traçado da trilha. A medida ideal é de um metro, passando dessa medida pode-se considerar alargamento da mesma, segundo Magro (2002).

Uma alternativa para solução desse problema seria a construção de trilhas suspensas em alguns locais, pois abrir outra trilha seria impactante ao meio ambiente. Os locais sugeridos seriam a Comunidade de Brasília e comunidade do Farol. Poderiam ser construídas com madeiras bio sintética para diminuir a degradação do meio ambiente. Essas trilhas, além de ajudar na recuperação do solo, proporcionariam acesso aos deficientes físicos, que até então não tem acesso a Ilha do Mel, pois ela não possui nenhuma

infraestrutura para atendê-los. No anexo I encontra-se um prévio desenho para a trilha suspensa.

Há também há necessidade de oferecer suporte a saúde dos moradores, como a dos turistas. Portanto uma alternativa seria instalar uma farmácia. Já que durante a baixa temporada, o funcionamento do posto de saúde é insuficiente. Disponibilizar caixas eletrônicas seria uma alternativa para facilitar a estadia do turista como a rotina dos moradores, dispensaria a travessia para o continente afim de realizar operações bancárias.

5.2 ANÁLISE DAS LIMITAÇÕES

As limitações legais apresentadas como resultados dessa pesquisa vêm em prol da conservação ambiental da Ilha do Mel, porém em alguns casos confronta com os interesses turísticos, como é o caso do Art. 27 no § 2º que diz que o IAP tem até 30 dias para liberação de construções, reformas, demolições, reconstruções ou ampliações.

Essa limitação desfavorece o turismo, pois quando um empreendimento turístico sofre algum dano que impossibilite o atendimento, ele deve ser solucionado o mais rápido possível sem causar desconforto ao turista.

O Art. 18 também confronta o interesse turístico, pois um equipamento turístico como um hotel ou pousada poderiam usar melhor seu espaço oferecendo mais leitos, porém essa limitação favorece a conservação da paisagem para que as construções não fiquem maiores que a vegetação local. O Art. 32 também limita o turismo, pois impõem limite de visitantes, no entanto atende a capacidade de superfície e de infraestrutura que Ilha dispõe.

O Art. 10 inciso IV alínea b, desfavorece o turismo porque impede novas edificações e ocupações limitando o desenvolvimento do local. Porém vem em prol da conservação da cultura local. Contudo no mesmo artigo, porém no inciso IX alínea b, que dispõe sobre a preservação das faixas de areais, também apresenta um ponto negativo a atividade turística, pois é necessário alguma infraestrutura nos locais, visto que a infraestrutura disponível, está localizada em alguns pontos longe das praias.

Em relação às limitações levantadas junto á comunidade da Ilha do Mel, percebe-se uma frustração da comunidade em relação às leis impostas para a conservação ambiental. Onde a comunidade aponta o IAP e IBAMA como

limitações, porém esses órgãos ambientais estão buscando a preservação do local.

Outra limitação apontada pela comunidade é falta de informação, conhecimento e capacitação. Limitações as quais, vem dificultando a relação entre moradores e turistas. Os moradores encontram-se perdidos, pois não possuem qualificação profissional. E o mercado de Turismo exige qualificação, para que exista um bom desenvolvimento da atividade, até mesmo para uma comunicação agradável, a capacitação é imprescindível para que o turista saia satisfeito e a comunidade local receba os benefícios da atividade turística.

A localização da Ilha é outra dificuldade, pois sua localização fora do continente dificulta o acesso, para o turista seria um atrativo, porém para a comunidade local apresenta-se como limitação. Realizar construções, compras de alimentos, de roupas, remédio, enfim adquirir qualquer componente básico a vida do ser humano é complicado devido a sua localização. A realização das atividades mais simples torna-se difícil. O transporte também é visto como limitação, pois é escasso sem muitas opções para moradores e turistas. E o transporte pessoas é o mesmo utilizado para transportar cargas.

Os gestores e o Plano de Manejo que também são vistos pela comunidade como limitações, na verdade são ferramentas de organização da Ilha do Mel. O Plano impõe limitações, que procuram preservar o meio ambiente e cultura local. Já os Gestores representam a comunidade, porém nem todas as reivindicações dos moradores podem ser atendidas, mas isso é normal na vida em sociedade, não se pode agradar a todos.

Em relação aos preços, são apontados como abusivos, porém toda localidade turística possuem preços elevados. Uma alternativa seria entrar em concordância, deixando um preço acessível a todos. Estabelecer preços para moradores e preços para turistas.

Outra limitação apontada pela comunidade local são as áreas de preservação ambiental, isso devido a sua extensão. Mas, no entanto, ela resguarda a maior parte da natureza, a qual é uma motivação para os turistas, pois grande parte deles buscam a beleza cênica e o contato com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a infraestrutura turística existente na Ilha do Mel. E foi concluído que existe a de acesso, a básica, a infraestrutura específica de turismo e a de apoio ao turismo. No entanto apresenta diversos problemas, atendendo apenas as necessidades básicas dos turistas, porém precisa de muitos avanços.

É necessário reformar o centro de informações turísticas, reformar o trapiche, qualificar os profissionais, conscientizar os turistas, já que muitos não possuem conhecimento de como se comportar em uma área de conservação, distribuir chuveiros em pontos estratégicos nas praias, estabelecer áreas de descanso no decorrer das trilhas que forem extensas, disponibilizar aos turistas guarda volumes, colocar lixeiras nas praias, adequar o local de depósito de resíduos sólidos, adequar a distribuição de água.

No entanto, para que ocorram melhorias na Ilha do Mel, todos devem caminhar juntos, os órgãos municipais, estaduais e os moradores. A infraestrutura pode melhorar bastante, mas sempre encontrará as limitações que lhe são impostas, pois a Ilha do Mel não é apenas uma localidade turística, ela é acima de tudo uma Estação Ecológica, é a união que fará com que interesses distintos sejam atendidos.

Outro objetivo foi pesquisar as limitações existentes para o desenvolvimento do turismo. E foi concluído que são legais, naturais e sociais. As legais são apresentadas na Lei nº 16037/2009 que rege a Ilha do Mel, essa legislação procura a preservação da natureza, da cultura buscando um desenvolvimento sustentável para o local, porém alguns itens necessitam ser revistos para que a comunidade acompanhe tal processo.

As naturais provem da fragilidade meio ambiente, o próprio impõe limitações quando utilizado sem consciência ambiental, desgastes naturais começam a surgir, exigindo medidas para sua recuperação.

Já as limitações sociais, vêm da comunidade local, pois a falta de capacitação afeta diretamente no desenvolvimento da atividade turística. Impedindo o total aproveitamento do turista pelo atrativo e diminuindo os benefícios provenientes de tal atividade.

A Ilha do Mel possui belezas na questão natural, como na questão histórica, cultural e ecológica, local ideal para ter um contato íntimo com a

natureza, de refletir e descansar da rotina cansativa dos centros urbanos, uma ótima opção de lazer para os variados estilos de turistas. Contudo necessita de maiores cuidados e atenção, um lugar que por muitos é considerado é considerado um paraíso não deve ficar esquecido.

REFÊRENCIAS

ADAMS, Cristina. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar.** Revista de Antropologia. São Paulo, 2000. v 43. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012000000100005&script=sci_arttext> .Acesso em: 27/05/2012

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões.** São Paulo: Ática, 2003.

ANGULO, Rodolfo José. **Geologia da planície costeira do estado do Paraná.** Tese de doutorado em Geologia Sedimentar, USP. São Paulo, 1992.

BACELAR, Jonildo. Guia Geográfico. **Ilha do Mel.** Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.guiageo-parana.com/ilha-mel.htm>>. Acesso: 25-03-2012.

_____. **Dados e história da Ilha do Mel.** Curitiba: Guiageo, 2005. Disponível em: <www.guiageo-parana.com/paranagua/ilha-mel-historia.htm>. Acesso:25/03/2012

BARRETTO, Margarita; TAMANINI, Elizabete. **Redescobrimo a ecologia no turismo.** Caxias do Sul: Educs, 2002

BELLEN, Hans Michael Van. **Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação.** 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23537.pdf>>. Acesso em: 31-08-2012.

BRASIL, lei nº 9985 Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: 2000

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOITEUX, Bayard. **Promoção, entretenimento e planejamento turístico .** São Paulo: Aleph, 2002.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico.** Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: Edusc, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração.** 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação.** São Paulo: Aleph, 2002.

COSTANZA, Robert. **Ecological economics: the science and management of sustainability.** New York, 1991. Disponível em:

<<http://www.paecon.net/PAERreview/ecologicaeconomics/Costanza20.htm>>. Acesso em 31-08-2012.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas – SP : Alínea, 2002.

DELLINGER, Thomas. **As ilhas constituem os habitats mais importantes do mundo**. Darwin e os ecossistemas insulares. Ciências da vida. s/d. Disponível em: <http://www3.uma.pt/cem/imprensa/N0065_COR.pdf>. Acesso em 22-05-2012.

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de trabalho Interministerial – MICT/MMA. Brasília, 1994.

FARIA, Dóris Santos de. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília. Universidade de Brasília, 2001.

FENNELL, David A. **Ecoturismo**. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.

FERNANDEZ, Fernando Antonio de Souza. **O poema imperfeito: crônicas de biologia, conservação da natureza e seus heróis**. Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 2000.

FERREIRA, Luiz Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. **Capacitação profissional em planejamento estratégico para o ecoturismo**. Turismo em análise.1999.

FIGUEIREDO, João Carlos. **Contribuição para a geografia da Ilha do Mel**. Tese de doutorado UFPR. Curitiba,1954.

FONSECA NETO, José Claro da. **Ecoturismo no litoral do Paraná: Caminhos e Descaminhos**. Curitiba: Tese em Doutorado em Meio Ambiente e desenvolvimento - UFPR. Disponível em: <www.doutmeio.ufpr.br>. Acesso em: 01-03- 2012.

FRIDGEN, Joseph. **Dimensions of tourism**. Trad. da autora. Michigan: AHMA, 1990.

GIANNINI, Paulo César Fonseca. **A erosão na costa leste da Ilha do Mel, Baía de Paranaguá, estado do Paraná: Modelo baseado na distribuição espacial de formas deposicionais e propriedades sedimentologias**. São Paulo : Revista de Geociências. 2004. Disponível em: <http://www.sbgeo.org.br/pub_sbg/rbg/vol34_down/3402/1413.pdf>. Acesso: 26-08-2012.

HANAZAKI, Natalia. **Ecologia de caçaras: Uso de recursos e dieta**. Tese de Doutorado em Ecologia, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, 2001.

IAP, Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de manejo: Estação Ecológica da Ilha do Mel – PR**. Curitiba. 1996.

IAP, Instituto Ambiental do Paraná. **Ilha do Mel**. IAP, Curitiba; 2012. Disponível em: <www.iap.gov.br>. Acesso: 03-03-2012.

IAPAR. Instituto Agrônomo do Paraná. **Cartas climáticas do Paraná**. Londrina, s/d. Disponível: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=677>>. Acesso: 24-08-2012.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2003.

INSTITUTO, EcoBrasil. **Ecoturismo – Turismo Sustentável**. Manaus, 1993-2009. Disponível em : <http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/acordo_de_mohonk.pdf>. Acesso 24-05-2012

ITCF, Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná. **Coletânea de Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel**. Curitiba. 1986.

_____. **Relatório nº 02 – Plano de Uso da Ilha do Mel**. Curitiba. 1981.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP : Papyrus, 2002.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão Ambiental: um enfoque no desenvolvimento**. 1991. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/GEST%C3O%20AMBIENTAL%20UM%20ENFOQUE%20NO%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENT%C1VEL.pdf> Acesso em 31-08-2012

LAGES, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. **Economia do turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAGRO, Tereza. **Uso turístico do ambiente natural em Brotas: manejo do público visitante**. 2002. Disponível em: <http://www.cdcc.sc.usp.br/CESCAR/Atualizacao/24.pdf>. Acesso: 25-10-2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em 20-06-2012.

MENEZES, Vanessa. **Teoria geral do turismo**. Mimeo.2009.

MMA/IBAMA. **SNUC**, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2000.

MINEROPAR. **Unidade de conservação da Ilha do Mel**. Curitiba: Mineropar, 2009. Disponível em:< www.mineropar.pr.gov.br>. Acesso em: 05/04/2012.

MORAES, Orozimbo José de. **Economia ambiental: instrumentos econômicos para o desenvolvimento ambiental**. São Paulo: Centauro, 2009.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OMT, ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Desarrollo turístico sostenible: Guías para planificadores locales**. Madrid: OMT, 1993.

PARANÁ. Portal da Ilha do Mel. **Ilha do Mel preserve**.2012. Disponível em: <<http://www.ilhadomelpreserve.com.br/>>. Acesso: 01-09-2012.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Cultura. **Livro tombo histórico**. Curitiba, Coordenadoria de Patrimônio Cultural, Paraná, Brasil, 1990. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>>. Acesso em: 27/05/2012.

PAREJO, Luís Carlos. **Ilhas marítimas, lacustres e arquipélagos**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia;ult1694u352.jhtm>>. Acesso em 23/02/2009.

PIERRE, Naina e KIM, Milena Kiatkosk. **A Sustentabilidade social como condição para a conservação**. O caso da Ilha Do Mel (Paraná, Brasil). Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT16-767-1065-20080510232741.pdf>>. Acesso em 27/05/2012.

PIRES, Paulo dos Santos. **Entendendo o Ecoturismo**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. São Paulo: Roca, 2005.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. **Ilha do Mel recebeu 112 mil turistas entre outubro e fevereiro deste ano**. Paranaguá. Disponível em <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=3082>. Acesso: 10-04-2012.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. São Paulo: Manole, 2003.

RDG, Sergio. **Roteiro das Ilhas – Ilha do Mel**. Crônicas Terráqueas. Curitiba: 2007. Disponível em: <<http://cronicasterraqueas.blogspot.com.br/2011/03/roteiro-das-ilhas-ilha-do-mel.html>> . Acesso em: 09-04-2012.

REIS, Raquel Sirique. **Planejamento e organização do espaço das Unidades de Conservação de Manaus para a promoção turística**. São Paulo : Revista eletrônica Abore, 2007. Disponível em:

<http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/comunicacao/comunicacao_pesq_3/Raquel%20Serique%20Artigo.pdf>. Acesso: 01-09-2012

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUFAN, Nadja. **Desenvolvimento e Sustentável**. 2010. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/dupasso/desenvolvimento-sustentavel-3483443>>. Acesso 27-05-2012

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Disponível em: <[SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional**. Brasília, 1987.](http://books.google.com.br/books?id=VnVyEl6jt2YC&pg=PA4&lpg=PA4&dq=SACHS,+I.+Desenvolvimento:+incluyente,+sustent%C3%A1vel,+sustentado.+Rio+de+Janeiro:+Garamond,+2004.&source=bl&ots=HdmRLjs5ld&sig=m_DlmcUy_YOPrd6zEwa1cpzH9n0&hl=pt-BR&sa=X&ei=ITzCT_6ZN-zH6AHd75zIDg&ved=0CGUQ6AEwBw#v=onepage&q=SACHS%2C%20I.%20Desenvolvimento%3A%20incluyente%2C%20sustent%C3%A1vel%2C%20sustentado.%20Rio%20de%20Janeiro%3A%20Garamond%2C%202004.&f=false.> Acesso: 27/05/2012</p>
</div>
<div data-bbox=)

SEBRAE. **Ecoturismo da Bahia**. Estudo analítico. Salvador - BA. s/d. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso 22-05-2012

SEMA/IAP. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos / Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel**. Curitiba: Sema, 1996.

SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini. **Viagens à natureza : turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SILVA, Fabio Roberto Ribeiro da. A importância do planejamento em reservas naturais. 2005. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=4963>>. Acesso: 01-09-2012

SILVEIRA, João da. Morfologia do litoral. In: AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil, a terra e o homem**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.1964

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2000. Vol.

VISNADI, Sandra Regina; VITAL, Daeniel Moreira. **Briófitas das Ilhas de Alcatrazes, do bom abrigo, da casa, do Castilho, estado de São Paulo Brasil**. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abb/v15n2/6829.pdf>>. Acesso : 16-08-2012.

TUNA, Marcia. **A importância da infraestrutura no turismo**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://sinhoresaparecida.blogspot.com.br/2008/09/importancia-da-infra-estrutura-no.htm>>. Acesso: 26-08-2012

NATIONS, United. **Report of the World Summit o sustainable development**. 2002. Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/biblioteca/documentos/cupula-mundial-sobre-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 06-06-2012

VISNADI, Sandra Maria; VITAL, Daniel Moreira. **Briófitas das Ilhas de Alcatrazes, do bom abrigo, da casca e do Castilho, estado de São Paulo**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062001000200011>. Acesso:24-08-2012

WALL, Geoffrey. **Is ecotourism sustainable?** Canadá: Environmental Management, 1997. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/aha623gcwbe0n0rm/fulltext.pdf>>. Acesso 25-05-2012

WALLACE, George N. **Administração do visitante**: Lições do Parque Nacional de Galápagos. Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão. São Paulo. Senac, 1995.

WCED. *World Commission on Environment and Development. Our Common future*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 31-08-2012

APÊNDICES

APÊNDICE I

01 – Você trabalha com o turismo e de que forma ela contribui para sua vida ?

02 – Você acha que a Ilha do Mel tem infraestrutura suficiente para atender todas as necessidades dos turistas?

03 – Quais as melhorias sugere para uma melhor infraestrutura ?

04 – Como morador, o que a Ilha do Mel precisa para melhorar sua condição de vida?

05 – Quais incentivos para o turismo a Ilha do Mel recebe? De quem?

06 – Quais as limitações existentes para o desenvolvimento do turismo Ecológico na Ilha do Mel?

APÊNDICE II

01 – Nome da Empresa ?

02 – Pelo o que a empresa é responsável ?

03 – Como realiza seu trabalho ?

04 – E quais as dificuldades encontradas ?

ANEXOS

FORMULÁRIO DE INVENTÁRIO TURÍSTICO

1. Informações Gerais

1.1. Nome oficial

1.2. Nome fantasia

1.3. Natureza

Pública Privada Outra _____

1.4 Localização

Urbana Rural

1.5 Endereço

1.5.1 Bairro/localidade _____

1.5.2 Distrito _____

1.6 Sinalização

1.6.1 De acesso Sim Não

1.6.2 Turística Sim Não

2 Instalações e equipamentos

Área de exposições coberta Área de exposições não coberta

Loja de *souvenir* Sinalização interna

Centro de convenções Espaço para festas e eventos

Palco para eventos Feiras Quadra poliesportiva

Ambulatório médico Iluminação Vestiário

Guarda-volumes

Caixa eletrônico Telefones públicos

Instalações sanitárias Bebedouros

Outros _____

2.1 Outros equipamentos e serviços

Achados e perdidos Bar/lanchonete Restaurante

Hospedagem Serviço de som Serviço de informações

Vendedores ambulantes Disponibilidade de cadeira de rodas

Disponibilidade de bicicletas

Disponibilidade de bóias

Outros _____

3 Acesso ao atrativo:

3.1 pé

3.2 Trilha de acesso: Pavimentada Não pavimentada

3.2.1 Grau de dificuldade Leve Semipesada Pesada

3.3 Transporte

Marítimo

4 Acessibilidade

4.1. Possui alguma facilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?

Não Sim

4.1.1. Pessoal capacitado para receber pessoas com deficiência

Não Física Auditiva Visual Mental Múltipla

5 Atendimento ao público

5.1. Atendimento em língua estrangeira: Não Inglês Espanhol
Outras _____

ANEXO II



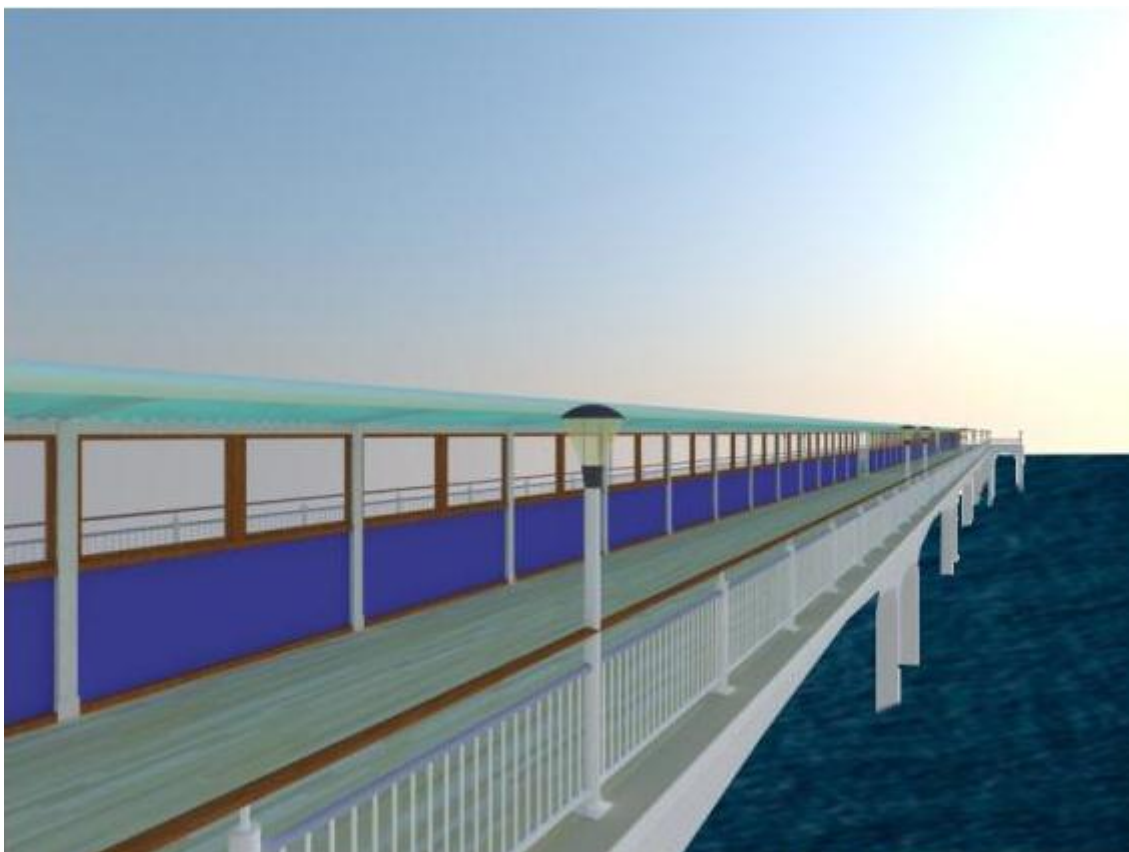
Edificação principal do trapiche,pavimento térreo com lanchonete e banheiro.Já o primeiro pavimento conta com um espaço para exposições,palestras,cursos e etc.



Hall principal contendo lanchonete,banheiros e rampas de acesso para o primeiro pavimento e acesso para o píer.



Pier com pergolado coberto e iluminação noturna. Revestimento do piso em madeira.



Passarela do pier,dividido em dois passeios por uma divisória de madeira e vidro.



Espaço contemplativo, última parada do píer.



Passeio elevado acessível e com corrimãos localizados em partes estratégicas e que necessitam do mesmo. Sua largura é de 2 metros e seu revestimento é de madeira bio sintética em todos os trechos, promovendo uma melhor locomoção.

FONTE: VIEIRA, Izabeli, 2012.